

FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Gabriela Graboski da Rocha

**Complexo de Assistência Social  
para o Município de Sertão Santana**

Porto Alegre  
2018

Gabriela Graboski da Rocha

**Complexo de Assistência Social  
para o Município de Sertão Santana**

Relatório apresentado como conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade São Francisco de Assis. Professor Orientador: Arq. Me Roberta Bertoletti. No período de agosto a novembro de 2018.

Porto Alegre  
2018

## Sumário

1. Introdução .....	4
1.1 Justificativa do Tema.....	4
1.2. Objetivos.....	5
1.2.1. Objetivo Geral .....	5
1.2. 2. Objetivos Específicos .....	5
1.3. Estrutura da Pesquisa.....	6
2. Contexto Histórico do Município de Sertão Santana .....	6
2.1 Localização.....	7
2.2 A Colônia de Sertão Santana .....	9
2.3 O 4º Distrito de Guaíba.....	11
2.4 A Emancipação de Sertão Santana.....	12
2.5 Dados Gerais do Município.....	14
3. A Evolução do Serviço de Assistência Social no Brasil.....	16
3.1 O Serviço do CRAS (Centro de Referência de Assistência social).....	18
3.1.1 Quais as Funções do CRAS .....	20
3.1.2 Onde Instalar um CRAS.....	20
3.1.3 Condição Indispensável para o Funcionamento do CRAS.....	21
3.1.4 O Espaço Físico do CRAS .....	25
3.1.5 Espaços Mínimos do CRAS .....	25
3.3. Implementação do CRAS em Sertão Santana.....	28
4. Métodos e Técnicas Adotadas .....	29
4.2 Observações Sistemáticas .....	30
4.3 Entrevista Estruturada .....	34
4.5 Estudo de Caso .....	36
5. Definições Gerais .....	37
5.1 Agentes de Intervenção e seus Objetivos.....	37
5.2 Caracterização da População Alvo .....	38
6. Levantamento da Área de Intervenção .....	38
6.1 O Terreno Escolhido.....	38
6.2 Dados Climáticos.....	42
6.3 Relação Funcionais com a Região .....	44

6.4 Relevô	44
6.5 Uso e Ocupação do Solo	45
6.6 Hidrografia	46
7. Condicionantes Legais	46
7.1 Leis Municipais	46
7.1.1 C3digo de Edificações	46
7.1.2 Uso e Ocupação do Solo	47
7.1.3 Índices Urbanísticos	47
7.2 Normas Técnicas	48
7.2.1 NBR 9050/2015 - Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos	48
7.2.2 NBR 9077/2001 - Saídas de Emergência em Edifícios	48
7.2.3 NBR 10151/2000- Conforto Acústico	49
7.2.4 NBR 12179/ 1992 - Tratamento Acústico em Recintos Fechados	49
7.2.5 NBR 5413/ 1992 Iluminância de Interiores	49
7.2.6 NBR 8995/ 2013 Iluminância em Ambientes de Trabalho	50
8. Os Estudos de Caso	50
8.1 Estudo de caso 1	51
8.2 Estudo de caso	58
8.3 Estudo de caso 3	65
9. Repertório	71
10. Referências Bibliográficas	75
11. Apêndices	77
Apêndice A – Planilha de Avaliação	77
Apêndice B – Formulário de Entrevista	78
Apêndice C – Formulário Poema dos Desejos	81

## **1. Introdução**

Esta pesquisa tem a intenção de dar embasamento teórico para o projeto arquitetônico que será realizado na segunda etapa deste Trabalho Final de Graduação. O tema desenvolvido é um Complexo de Assistência Social para o município de Sertão Santana.

Faz parte deste complexo de assistência social o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), a Secretaria Municipal de Assistência Social e os Conselhos Municipais.

Como o CRAS não atende só famílias de baixa renda, mas qualquer cidadão que procura seus serviços e estes atendimentos é realizado diariamente. A secretária de assistência social trabalha diariamente na realização da gestão municipal, que é através de seu serviço que vem os recursos para o município. Os conselhos municipais, se reúnem mensalmente para tratar dos ser serviço pendentes, e ver estratégias junto a gestão e ao CRAS para solucionar estas pendências.

Como objetos de estudo para esta pesquisa foram realizados três estudos de casos. Um deles é o que a pesquisadora exerce suas atividades diárias e na cidade que será realizada o projeto arquitetônico.

Os outros dois foram indicados por um especialista que trabalha a 23 anos com CRAS e têm experiência em implantações destes serviços.

### **1.1 Justificativa do Tema**

O interesse em desenvolver um projeto arquitetônico de um Complexo de Assistência Social para o Município de Sertão Santana surgiu a partir da percepção da pesquisadora que é funcionária do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e observa a necessidade da expansão do serviço, para suprir uma demanda do município.

Para a instalação a prioridade foi buscar um terreno próximo às dependências da prefeitura, pois os funcionários utilizam diariamente os serviços da prefeitura e assim, otimizaria o tempo. Além disso, é importante unir a parte de infraestrutura da

assistência social para preservar os funcionários, pois são os mesmos que executam os serviços.

Hoje, o CRAS não possui uma edificação própria e está instalado num prédio alugado. Por esse motivo, o espaço físico é improvisado e faltam espaços para diversas atividades que acabam sendo realizadas fora do CRAS, em espaços alternativos.

A prefeitura municipal tem interesse em ter o espaço próprio do CRAS e já possui um terreno para este fim. O terreno é localizado na área central da cidade, próximo à prefeitura, creche, escolas e transporte escolar. Este último item - transporte escolar - é um problema enfrentado pelos usuários, pois o serviço fica longe das escolas e isso dificulta o embarque das crianças no transporte.

Para o desenvolvimento do projeto arquitetônico será utilizada a área comprada pela prefeitura para este fim

## 1.2. Objetivos

Neste item são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa.

### 1.2.1. Objetivo Geral

Essa pesquisa busca um embasamento teórico e um aprofundamento sobre o assunto a ser desenvolvido, um Complexo de Assistência Social para o Município de Sertão Santana, para num segundo momento desenvolver o projeto arquitetônico deste tema.

### 1.2. 2. Objetivos Específicos

- Entender o contexto histórico do município de Sertão Santana;
- Compreender a importância do Serviço de Assistência Social para o município;
- Entender a importância do serviço do CRAS para os usuários;

- Compreender a dinâmica de atendimento do serviço e a necessidade de cada usuário;

### 1.3. Estrutura da Pesquisa

Para alcançar os objetivos propostos e chegar aos resultados da pesquisa, a monografia foi estruturada da seguinte maneira: introdução, referencial teórico, métodos e técnica, definições gerais do projeto, levantamento da área de intervenção, condicionantes legais, Estudos de casos e Repertório.

No primeiro capítulo, a introdução, apresenta-se a justificativa e relevância da pesquisa e seus objetivos (geral e específicos).

No capítulo 2 e 3, a referencial teórico, aborda o contexto histórico do município de Sertão Santana e apresenta a evolução do serviço de assistência social até a implantação de um CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

No capítulo 4, apresentam-se os métodos e técnicas de pesquisa adotadas (visitas exploratórias, observações sistemáticas, entrevista estruturada, poema dos desejos e estudo de caso).

Em seguida, no capítulo 5, têm-se as definições gerais do projeto arquitetônico - os agentes de intervenção e público alvo.

No capítulo 6 é apresentado o levantamento da área de intervenção.

O capítulo 7 apresenta os condicionantes legais que nortearão o projeto arquitetônico.

No capítulo 8 são mostrados os três estudos de casos realizados.

E no capítulo 9, expõe-se o repertório de obras, que traz as características que orientam a concepção natural do processo do projeto.

Para finalizar, são mostrados as referências bibliográficas adotadas e os apêndices.

## **2. Contexto Histórico do Município de Sertão Santana**

Esse capítulo estabelece, inicialmente, a localização do município de Sertão Santana. Em seguida é mostrado um panorama geral da evolução histórica do

processo para se tornar um município: desde a época de colônia, passando a distrito de Guaíba até a sua emancipação.

## 2.1 Localização



Figura 1 Localização do Município  
Fonte: Autoria Própria.

O Município de Sertão Santana está localizado na região Centro-Sul do Estado do Rio Grande do Sul, entre as coordenadas  $-30.4^{\circ}$  (sul) e  $-51.6^{\circ}$  (oeste). O município de Sertão Santana possui área territorial de 252 km<sup>2</sup>. E está situado a 80 quilômetros da cidade de Porto Alegre, capital do estado, de acordo com a figura 1.



Figura 2 Mapa de Localização de Porto Alegre a Sertão Santana  
Fonte: Google Maps.

Seu acesso se dá pela BR 116 e RS 713, (via principal de acesso ao município), como mostra as figuras 2 e 3.

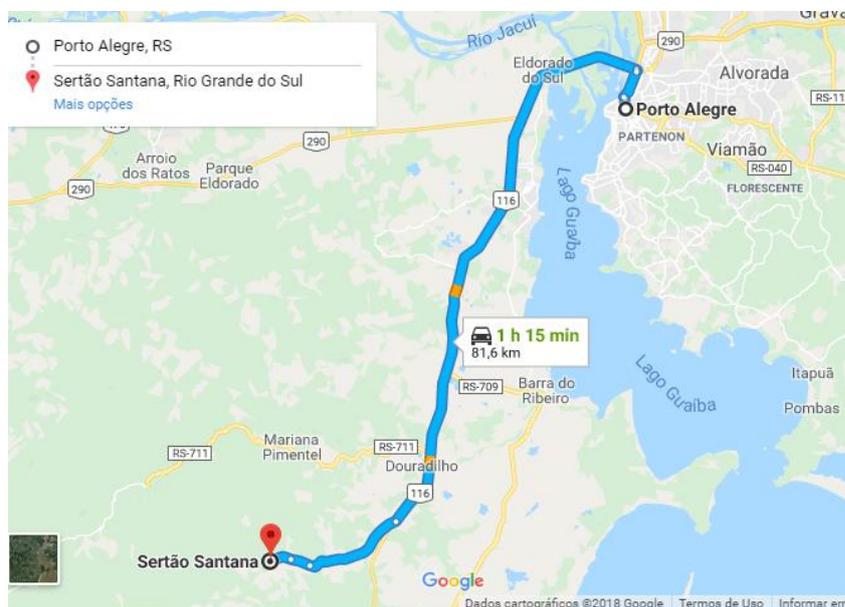


Figura 3 Mapa de acesso de Porto Alegre a Sertão Santana  
Fonte: Google Maps.

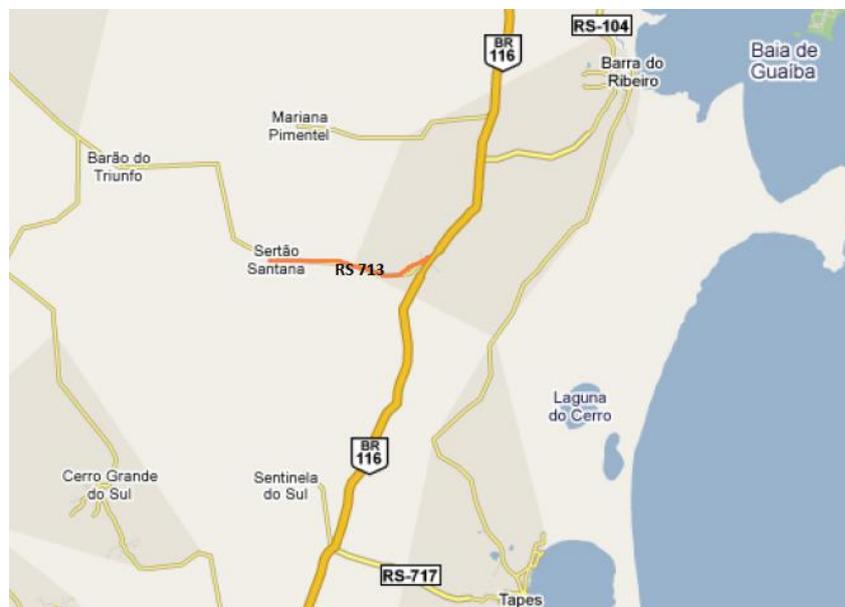


Figura 4 Mapa de acessos e municípios limites a Sertão Santana  
Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Sertão Santana.

## 2.2 A Colônia de Sertão Santana

Segundo IBGE (2018), Sertão Santana e as suas adjacências faziam parte das Sesmaria de Domingos Ribeiro da Cunha.

“Domingos Ribeiro da Cunha e seus irmãos, filhos de Manuel Ribeiro da Cunha, tinham uma faixa de terras de meia légua de comprimento por igual medida na largura, divisando-se com as de seu pai em Triunfo. Ao Norte com terras de Manuel Ribeiro da Cunha, ao sul com as de Antônio Alves Guimarães. Esta fazenda era conhecida pelo nome de “Potreiro Grande” e foi concessão sesmariense do Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos e Souza, ano 1784” (IBGE, 2018).

Em 1824, é iniciada a imigração alemã, os imigrantes chegam ao Porto de Rio Grande (no Sul do RS) e são encaminhados a Porto Alegre (capital do RS). Alguns imigrantes eram conduzidos a São Leopoldo, outros a São Jerônimo e muitos seguem para o sul com o propósito de colonizar terras. Sem auxílio algum para necessidades básicas, alguns não resistem e os sobreviventes são encontrados por novos colonizadores. Em 1888, imigrantes chegam para ocupar Barão do Triunfo e Mariana Pimentel. Depois de quatro anos estão em Sertão Santana.

Segundo Andrade (2003), “o projeto para criação da colônia Barão do Triunfo, pertencente a São Jerônimo, com efetiva demarcação de terras, apresentando as Linhas Alfredo Silveira, Artur Vilela e Fernando Abott, bem como partes dessas colônias, encontra-se delineado desde, pelo menos, 1861”. Hoje essas linhas pertencem ao município de Sertão Santana.

Após 1860, a Capital Porto Alegre, inicia sua recuperação econômica desde a decadência do ciclo do charque, ao sul do estado. As atividades econômicas geradas pelos imigrantes europeus se estabelecem e os investimentos passam a trazer muito lucro, gerando grande capital. A partir daí a companhia colonizadora rio-grandense do senhor Comendador Eduardo Secco (1892), adquire 3150 ha da gleba conhecida como “Potreiro Grande” e inicia a demarcação em lotes de 48 há. Estas terras são vendidas aos colonizadores que vem ocupar a colônia de Sertão Santana.

Segundo Andrade (2003), “em depoimento, ao Padre Andre Rybarczyk, por volta de 1860, chegaram na região os primeiros colonizadores franceses e espanhóis, e instalaram nas linhas Saint Brisson e Derosse”.

Os primeiros desbravadores e colonizadores desta colônia trouxeram junto o desenvolvimento econômico e o espírito de fé. Lançaram o primeiro marco cristão com

a construção da primeira igreja católica (figura 4), que teve início em outubro de 1895 e, segundo o livro Tombo da Cúria de Guaíba, por Andrade (2003) levou, aproximadamente, 20 anos para a conclusão da obra.



Figura 5 Primeira Igreja Católica de Sertão Santana  
Fonte: Padre André Rybarczyc.

Por devoção a Sant' Ana a paróquia recebeu o nome de Santa Ana, hoje padroeira da paróquia e do município.

Por volta de 1893, com a chegada dos alemães, acabou surgindo a linha Rosina. E, logo mais tarde teve a chegada de negros e caboclos que se instalaram no Emboaba (ANDRADE, 2003).

Apesar das precárias vias de acesso, deu-se início a um forte movimento comercial entre os colonos de Sertão Santana, os poloneses de Mariana Pimentel, os caboclos de Barra do Ribeiro e os italianos de Barão do Triunfo. Estes comercializavam, entre si, cachaça, arroz e produtos coloniais. Já a Barra do Ribeiro, por estar à beira da Lagoa dos Patos, era abastecida por produtos como sal, açúcar, café, tecidos, entre outros, vindos de Porto Alegre, onde também eram utilizados para troca com o pessoal da colônia.

Foi em Sertão Santana que se instalou a primeira escola pública da região (transferida da Serra do Herval – município de Dores de Camaquã), inaugurada em 16/09/1895, onde só era recebido homens e o ensino era em alemão.

Na implantação do Estado Novo<sup>1</sup>, com as práticas inseridas pelas autoridades, houve a necessidade de alterar os hábitos da população em geral, para se adaptar a nova realidade.

---

<sup>1</sup> Estado Novo (ou Terceira República Brasileira, foi o regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 31 de janeiro de 1946).

A religião evangélica, que celebrava os cultos em alemão, passa a ser em português, assim como todas as atividades religiosas. Para os católicos não houve mudanças, continuaram utilizando o idioma latim.

Nas escolas, o ensino adotou a língua portuguesa, mas não existiam professores qualificados e, os alunos não estavam adaptados ao novo idioma. Este processo causou dificuldades de alfabetização. Para resolver este problema e aprimorar a língua portuguesa, em 1926, foi nomeada a primeira professora de português na rede municipal.

Com o passar do tempo, chega o fim do Esta do Novo (1946), as coisas voltam a se normalizar, aos poucos a população volta a falar alemão E, através de relações sociais se tem início a integração com as diferentes etnias das comunidades vizinhas.

### 2.3 O 4° Distrito de Guaíba

Em novembro de 1926, ocorre a emancipação do município de Guaíba, terras e populações de Sertão Santana foram agrupadas ao novo município, criando-se o 4° Distrito de Guaíba, conforme figura 5.



Figura 6 Mapa dos Distritos de Guaíba

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Sertão Santana adaptado pela autora.

## 2.4 A Emancipação de Sertão Santana

Em 1989, distritos vizinhos a Sertão Santana iniciam o processo de emancipação. A partir daí os “sertanenses” começam a pensar em sua municipalização. Em 1991, foi realizado o plebiscito emancipacionista.

“A emancipação se deve principalmente para evitar o êxodo rural e enaltecer os valores humanos de quem habita Sertão Santana - Distrito de Guaíba” (PONTES, 2003).

Em novembro de 1991, ocorreu o plebiscito para emancipação, e entre os 9300 habitantes da área, 87% dos eleitores optaram pela aprovação. A partir daí a comunidade de Sertão Santana acorda que possuem um município economicamente possível.

“No presente momento, entende-se que a territorialidade local de Sertão Santana pode ser apreendida através da valorização de: heranças culturais escritas, educação, as festas e religião. Adiciona-se, por fim, a economia local e os produtos ambientais como faces da reprodução dos grupos sociais geograficamente mediados. Para tanto, pode-se compartimentar o território sob o ponto de vista de sua dimensão natural, o território sob a perspectiva das relações de poder e da sua condição política, sob o aspecto cultural (Claval, 2002) que privilegia as questões relacionadas aos costumes, religião, e demais manifestações culturais, ou seja, heranças culturais que colorem o processo de assimilação, tal como a valorização dos traços étnicos alemães e suas tradições já bastante diluídas ao longo das sucessivas gerações” ANDRADE (2003).

Perante a Lei<sup>o</sup> 9.595/92 de 20/03/1992, foi criado o município de Sertão Santana.

A região que formou o município de Sertão Santana, originou-se dos seguintes municípios (figura 7), município de Guaíba (onde está inserida a sede municipal), Município de São Jerônimo (área mais alta do município à Oeste), encontra-se as linhas Alfredo Silveira, Fernando Abott, Capitão Garcia e Artur Vilela, Município de Tapes (margem esquerda do Arroio Ribeiro), encontra-se as linhas Pirapó e Emboaba. Por serem distantes de suas sedes ficam mais relacionadas social, cultural e economicamente com o novo município.



Figura 7 Mapa dos limites do município e localidades que formam Sertão Santana  
Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Sertão Santana / adaptado pela autora.

O município de Sertão Santana, conforme a Lei nº 9.595, de 20 de março de 1992, limita-se: ao norte com o município de Mariana Pimentel, ao sul com os municípios de Cerro Grande do Sul e Sentinela do Sul, A leste com o município de Barra do Ribeiro e a oeste com o município de Barão do Triunfo.

No quadro1 observar-se a orientação dos municípios limítrofes a Sertão Santana e suas respectivas distâncias.

Quadro 1: Municípios que fazem limite com Sertão Santana.

Município	Orientação	Distância
Mariana Pimentel	Norte	16 Km
Cerro Grande do Sul	Sul	28 Km
Sentinela do Sul	Sul	24 Km
Barra do Ribeiro	Leste	41 Km
Barão do Triunfo	Oeste	21 Km

Fonte: autoria própria.

O Município de Sertão Santana teve outros nomes, sendo todos semelhantes. As modificações ocorreram, naturalmente, através do linguajar da população. As denominações foram as seguintes: Sant' Ana do Sertão; Sertão de Santana e por fim Sertão Santana.

## 2.5 Dados Gerais do Município

A caracterização socioeconômica do município tem nos setores primários, secundários e terciários as principais atividades desenvolvidas, conforme figura 8. O setor primário corresponde as atividades agrícolas e pastoris (fumo e arroz principalmente), e apresenta um percentual de 31,97% do PIB (Produto Interno Bruto) municipal. O setor secundário (indústrias), com 25,60% e o setor terciário, referente às atividades do comércio e serviços, representam a principal fonte de geração de renda do município, com um percentual de 41,43%.

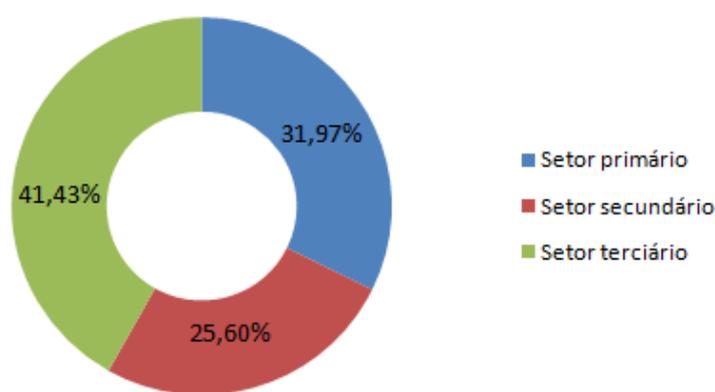


Figura 8 Caracterização Socioeconômica do Município  
Fonte: Dados IBGE (2018) adaptados pela autora.

Segundo resultados do censo do IBGE (2018), a população do município apresentou um aumento entre os anos de 1996 a 2018, que pode ser visto no gráfico 1.

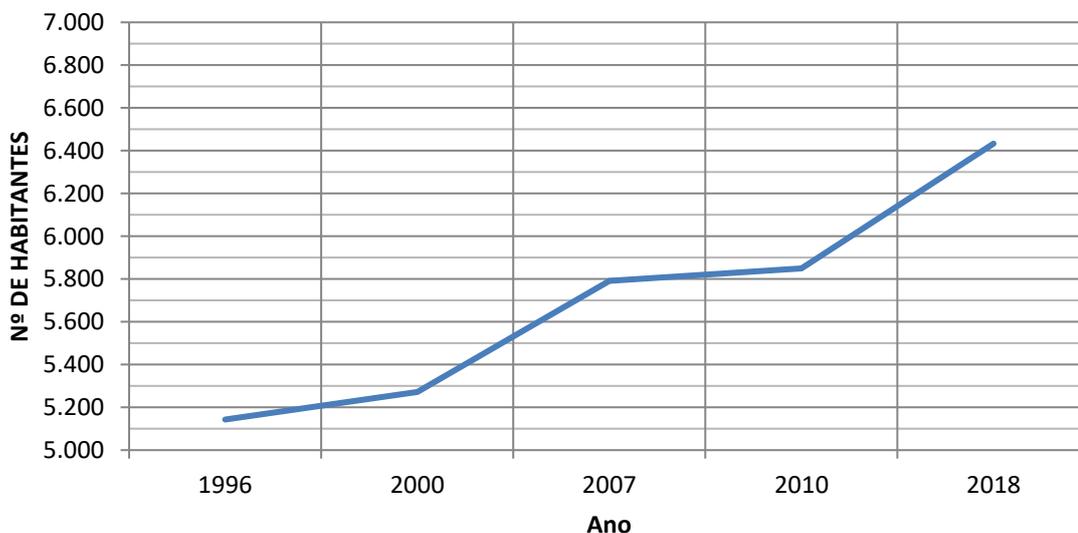


Gráfico 1: Dados populacionais do Município.  
Fonte: Dados do IBGE adaptados pela autora.

A população de Sertão Santana atual é de 6.433 habitantes (IBGE, 2018), sendo que 78,15 % delas residem na zona rural do município e 21,85% residem na área urbana, conforme figura 9.

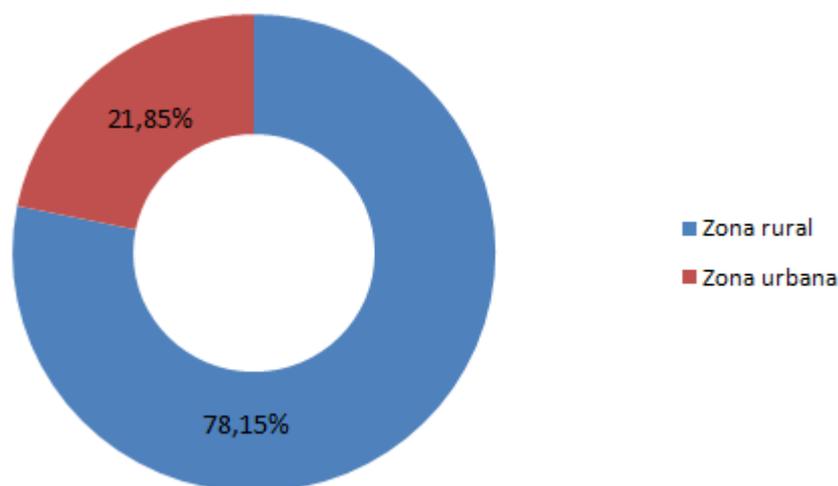


Figura 9 Concentração de habitantes em área rural e urbana do município.  
Fonte: Dados IBGE (2018) / adaptado pela autora.

A densidade demográfica, segundo o censo IBGE (2018) é de 23,3 hab/hm<sup>2</sup>, a distribuição da população “sertanense” em sexo e idades é representada no gráfico 2.

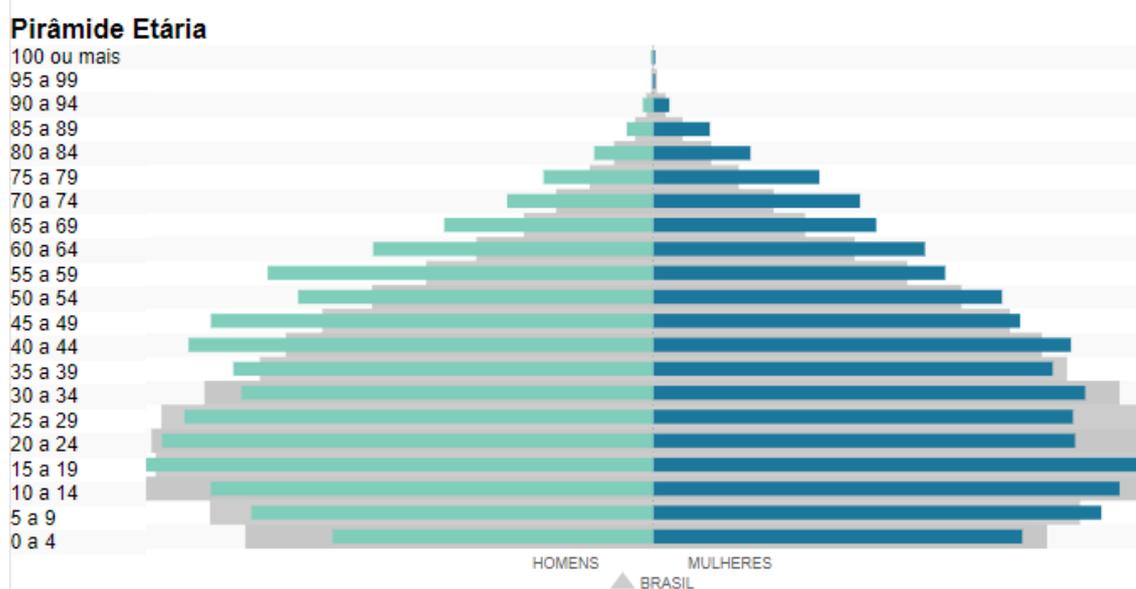


Gráfico 2: Distribuição da população por sexo e idade do município de Sertão Santana-RS.  
Fonte: IBGE, 2018.

### 3. A Evolução do Serviço de Assistência Social no Brasil

A compreensão da política de assistência social no Brasil é parte de uma construção histórica e está relacionada às transformações na economia e na política social.

O reconhecimento da Assistência Social, assegurada como direito social e dever político, acontece a partir da Constituição Federal de 1988, mas vem se arrastando até a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, determinando a Assistência Social como política pública, com propósitos de garantir direitos de cidadania. Esta lei trouxe uma nova fase para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo de Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social.

Destaca-se que a Constituição, em seu artigo, 203 determina:

“Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção à integração ao mercado de trabalho; IV - a habitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1998)”.

A aprovação da Constituição afirmou inúmeros direitos sociais como: saúde como direito universal, a Assistência Social como política pública não contributiva, direito do cidadão e dever do Estado. Isso representou um passo importante de disputas e de conquistas entre as classes sociais em torno da amplitude e da segurança dos direitos.

Foi assim, que a noção de Seguridade Social - sustentada pelo tripé da Saúde, Previdência Social e Assistência Social - se regularizou. Tendo como objetivo a proteção social, entendida como o conjunto de seguranças que cobram, reduzem e previnem riscos e vulnerabilidades sociais.

Conforme o Art. 1º da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a Assistência Social é:

“Direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993)”.

Segundo Costa (2010), a organização da Assistência Social tem as seguintes diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS:

"I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características sócio territoriais locais; II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos"(COSTA, 2010).

Em dezembro de 2004 foi fundado o SUAS – Sistema Único de Assistência Social, com finalidade de regulamentar os serviços, benefícios, programas e projetos desenvolvidos no âmbito social. E no ano seguinte (2005) foi criada a NOB - Norma Operacional Básica.

Segundo Mazur (2009):

“O SUAS foi elaborado na perspectiva de um modelo de gestão descentralizada e participativa, com a participação das três esferas de governo e também com a participação da sociedade civil, visando superar efetivamente com as políticas de favor e ocasião, que perduraram por muitos anos. Este sistema, também, regulamenta e orienta, em todo o território nacional, as ações sócioassistenciais, serviços, programas e projetos, os quais devem ter centralidade na família, seus membros e indivíduos” (Mazur, 2009).

Assim, planeja-se criar estratégias de melhorar as condições de desigualdade social.

Para desenvolver as ações da proteção social básica, criam-se os CRAS - Centro de Referência de Assistência Social – foco desta pesquisa.

Segundo Roberto Moller<sup>2</sup>, quando o Governo Federal iniciou o financiamento da Proteção Social Básica, a partir dos moldes da PNAS de 2004, os municípios receberam recursos para a construção ou adequação do espaço físico daquilo que

---

<sup>2</sup> Roberto Moller, especialista em gestão pública na área de assistência social há 23 anos, o qual presta consultoria a diversos municípios do estado, com assuntos relacionados a gestão e CRAS.

conhecemos hoje por CRAS, mas naquela época recebeu o nome de Casa das Famílias. (Entrevista realizada pela pesquisadora).

### 3.1 O Serviço do CRAS (Centro de Referência de Assistência social)

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada dos usuários dos serviços de assistência social, em todo o território nacional.

Estes equipamentos estruturam uma rede de proteção social básica, acolhendo a população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, prevenindo situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, de aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

“O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. [...] é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (BRASIL, 2009)”.

O funcionamento apropriado do CRAS fortalece o sistema do qual ele faz parte. O CRAS é o equipamento que organiza os serviços da proteção básica, do que provém sua função de gestão. Espaço físico, organização, atividades, funcionamento e recursos humanos devem trazer coerência com a concepção de trabalho social com famílias, assim diferenciando o serviço do PAIF que é dever do CRAS, das outras atividades que são ofertadas, que acontecem como um complemento da atividade desenvolvida para as famílias.

Em conformidade com a PNAS (Plano Nacional de Assistência Social) e com o SUAS, o CRAS é uma unidade pública estatal e trabalha com famílias e cidadãos em seu âmbito comunitário, tendo em vista a orientação e o convívio sócio familiar e comunitário. Desta forma, este centro se caracteriza como uma nova perspectiva de atendimento e desenvolvimento das ações de proteção social básica.

“As funções do CRAS, não podem ser misturadas com as funções do órgão gestor da política de assistência social municipal ou federal (BRASIL, 2009)”, como mostra a figura 10.

CRAS	Órgão Gestor Municipal ou do DF
Fornecimento de informações e dados para o Órgão Gestor Municipal ou do DF sobre o território para subsidiar: <ul style="list-style-type: none"> <li>• a elaboração Plano Municipal de Assistência Social;</li> <li>• o planejamento , monitoramento e avaliação dos serviços ofertados no CRAS;</li> <li>• a alimentação dos Sistemas de Informação do SUAS;</li> <li>• os processos de formação e qualificação da equipe de referência;</li> </ul>	Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social.
	Planejamento, execução físico-financeiro, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais do SUAS.
	Alimentação dos Sistemas de Informação e Monitoramento do SUAS.
	Constituição das equipes de referência e demais profissionais da política de assistência social e qualificação profissional dos trabalhadores do SUAS.
Oferta do PAIF e outros serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica.	Supervisão, apoio técnico da oferta do PAIF e demais serviços socioassistenciais ofertados, tanto nas unidades públicas, quanto nas entidades privadas sem fins lucrativos, prestadora de serviços.
Gestão territorial da rede socioassistencial da PSB	Gestão da rede socioassistencial do município
	Gestão do processo de conveniamento das entidades privadas sem fins lucrativos de assistência social – quando for o caso

Figura 10 Atribuição do CRAS e Órgão Gestor Municipal ou do DF.  
Fonte: Brasil, 2009.

A implementação de equipamentos público-estatais, como os CRAS, significa as mudanças que se pretendem alcançar, pois representa que o Estado está se comprometendo com o atendimento de direitos e questões da população em geral.

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são os responsáveis pelo andamento dos serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica (PSB).

Conforme o Guia de Orientações Técnicas, o CRAS é também uma unidade que exerce a referência e contra referência do cidadão na rede sócio assistencial do SUAS, da mesma maneira que dá referência para os serviços das demais políticas públicas. O CRAS é a “porta de entrada” dos usuários na rede de proteção básica do SUAS. A sua missão é organizar a vigilância social e efetiva do direito sócio assistencial dando garantia de acessos a serviços de proteção social básica com matricialidadesócio-familiar<sup>3</sup>e destaque no território de referência.

Conforme a PNAS, o CRAS é uma unidade pública municipal de assistência social situada em área apontada com maior índice de vulnerabilidade e risco social. Oferece serviços e apresentam programas sócio assistenciais de proteção social básica as famílias. Além disso, a inter-relação destes serviços no seu território de

<sup>3</sup> Matricialidade sócio-familiar é a centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (PNAS, 2004).

abrangência visa potencializar a proteção social, atuando na perspectiva da intersetorialidade.

### 3.1.1 Quais as Funções do CRAS

É a principal estrutura física para a proteção social básica, exerce papel importante no território onde se encontra, também tem como objetivo, sob orientação do gestor municipal de Assistência Social, o mapeamento e a organização da rede sócio assistencial de proteção básica, possuindo a função exclusiva de proposta pública do trabalho social com famílias e promove a inserção das famílias nos serviços de assistência social, pelo serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), efetua a gestão territorial da rede sócio assistencial através do encaminhamento da população local para as demais políticas públicas. Assim, destacam-se como principais funções do CRAS:

- Ofertar o serviço PAIF, juntamente com outros serviços, programas e projetos socioassistenciais, para as famílias, em situação de vulnerabilidade social;
- Articular e fortalecer a rede de Proteção Social Básica local;
- Prevenir as circunstâncias de risco em seu território de abrangência, fortalecendo vínculos familiares e comunitários e garantindo direitos.

Conforme o SUAS, os CRAS têm de prestar informação e orientação para a população em geral. Também deve se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS, em vinculação com outros territórios.

### 3.1.2 Onde Instalar um CRAS

A instalação do CRAS é condição determinante para que ele proporcione, de forma descentralizada, o acesso aos direitos sócioassistenciais.

O CRAS deve ser situado em locais de maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade social, deste modo, os municípios precisam identificar estes territórios, conforme distinguem os indicadores definidos na Norma Operacional Básica (NOB).

Cada município deve identificar seus territórios de vulnerabilidade social e neles implantar um CRAS, a fim de aproximar os serviços oferecidos aos usuários.

Nos municípios de Pequeno Porte I e II, o CRAS poderá ser instalado em áreas centrais, isto é, áreas de maior concentração da população. Quando for, áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos, entre outros, o CRAS deverá ser implantado em local de melhor acesso para a população ou poderá realizar a cobertura dessas áreas por meio do deslocamento de sua equipe volante, onde são nomeados CRAS itinerante<sup>4</sup>.

Para a implantação de um CRAS devem ser observados os seguintes itens: elaboração e criação de diagnósticos sócio territorial e reconhecimento das necessidades dos serviços, programação com outros setores sociais a implantação da unidade, inserção das condições físicas, institucionais e materiais e, a escolha, admissão e habilitação da equipe de referência.

### 3.1.3 Condição Indispensável para o Funcionamento do CRAS

Todo CRAS em funcionamento contará obrigatoriamente com serviço PAIF. A existência do CRAS está totalmente vinculada a execução desse serviço, co-financiado ou não pelo Governo Federal.

É dever exclusivo do poder público, o trabalho social com famílias. O CRAS que não oferta este serviço, não poderá ser identificado como CRAS, pois não existe CRAS sem o serviço PAIF (Programa de Atenção Integral à Família).

Segundo o caderno de orientação técnica do CRAS:

“O PAIF é o principal serviço de Proteção Social Básica, ao quais todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular-se, pois confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sócio familiar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS.

O PAIF [...] tem por objetivo o fortalecimento da convivência familiar e comunitária – uma das garantias afiançadas pela PNAS (2004) e somente pode ser ofertado pelo poder público, por meio da equipe de referência do CRAS”.

---

<sup>4</sup>CRAS itinerante é uma equipe técnica, formada pelas mesmas diretrizes da equipe de referência técnica do CRAS, onde se deslocam até as localidades mais vulneráveis para realizar os atendimentos, assim a população não precisa vir até o CRAS.

O PAIF é um método do SUAS para a integração dos serviços socioassistenciais e dos programas de transferência de renda. Foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 18 de abril de 2004 (Portaria nº 78), como parte da proposta do Plano Nacional de Atendimento Integrado à Família (PNAIF), implementado pelo Governo Federal em 2003.

Em 2004, passou a ser ação continuada da Assistência Social, financiada pelo Governo Federal, através do Decreto 5.085/2004.

Conforme PNAS (2004) são considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho. Para tanto, existem diferentes programas (figura 11).

Programa	Público alvo
De Atenção Integral.	Famílias
De Inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza.	Grupos de Geração de Renda
Centros de Convivência.	Idosos
Fortalecimento dos vínculos familiares (o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças).	Crianças de 0 a 6 anos.
Socioeducativo (proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários).	Crianças, adolescentes e jovens (6 a 24 anos).
De Incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.	Jovens
Centros de informação e de educação para o trabalho.	Jovens e adultos

Figura 11 Programas e público alvo da proteção social básica.  
Fonte: PNAS 2004 / adaptado pela autora.

O CRAS possui benefícios, programas, projetos de proteção básica, seguranças de: rentabilidade, independência, acolhimento, convívio familiar e comunitário e de sobrevivência a riscos circunstanciais. Todos esses benefícios são

ofertados no CRAS, desde que tenha espaços físicos e profissionais para executá-los, e desde que não prejudiquem a oferta do PAIF.

“Os serviços socioassistenciais de proteção social básica, especialmente aqueles de caráter preventivo, proativo e coletivo, também podem ser ofertados no CRAS, desde que respondam a uma demanda do território, sejam articulados ao PAIF e fortaleçam sua implementação e que contribuam para o cumprimento dos objetivos da proteção social básica do SUAS” (BRASIL, 2009).

“Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças, idosos, adolescentes e jovens também precisam dispor de espaço físico [...] compatível com as orientações específicas de cada serviço” (BRASIL, 2009).

As principais ações nos CRAS estão relacionadas a atendimento psicossocial a crianças em situação de risco, encaminhamentos do conselho tutelar, orientações sobre questões judiciais, denúncia de violência ou maus tratos a idosos e mulheres, auxílio para tratamento de dependência química, cadastro e recadastramento para programas do governo federal, encaminhamento da carteira do idoso. A maior parte desta demanda vem por meio espontâneo e individual.

A capacidade de atendimento de um CRAS varia de acordo com o porte do município, como explicado no quadro 2.

Segundo a NOB/SUAS 2012, Art. 64 / § 2, “a capacidade de referenciamento de um CRAS está relacionada: ao número de famílias do território, à estrutura física da unidade e à quantidade de profissionais que atuam na unidade, conforme referência da NOB/RH - Norma Operacional Básica - Recursos Humanos”.

Quadro 2: Quadro por porte de município e famílias referenciadas

Proporção de CRAS por quantidade de famílias referenciadas e porte do município	
Porte dos Municípios	Proporção
<b>Pequenos I</b> (até 20.000 hab.)	Mínimo 1 CRAS, para até 2.500 famílias referenciadas.
<b>Pequenos II</b> (de 20.001 a 50.000 hab.)	Mínimo 1 CRAS, para até 3.500 famílias referenciadas.
<b>Médios</b> (de 50.001 a 100.000 hab.)	Mínimo 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas
<b>Grandes</b> (de 100.001 a 900.000 hab.)	Mínimo 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas
<b>Metrópoles</b> (mais de 900.000 hab.)	Mínimo 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas

Fonte: Dados caderno de orientação adaptados pela autora.

As famílias referenciadas a um CRAS residem nos territórios de abrangência dos CRAS e são selecionadas ou encaminhadas ao atendimento ofertado pelo equipamento.

A NOB/SUAS 2012 não prevê quantidade mínima de CRAS por município.

As equipes de referência são estabelecidas pelos servidores efetivos com responsabilidade pela organização e oferta dos programas, projetos e benefícios de proteção básica e especial, tendo em conta o número de famílias e pessoas referenciadas, o tipo de atendimento e as obtenções que têm de ser assegurados aos usuários.

A composição de equipe de referência mínima para um CRAS é organizada de acordo com o seu porte, conforme mostra o quadro 3.

Quadro 3: Composição da equipe de referência por porte de CRAS

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metrópole
até 2.500 famílias referenciadas	até 3.500 famílias referenciadas	a cada 5.000 famílias referenciadas
1 assistente social; 1 psicólogo.	2 assistentes sociais; 1 psicólogo;	2 assistentes sociais; 1 psicólogo;
2 técnicos (nível médio).	3 técnicos (nível médio).	4 técnicos (nível médio).

Fonte: Dados caderno de orientação / adaptados pela autora.

O CRAS deve ter um coordenador com nível superior (concurado em pedagogia, serviço social ou psicologia), com experiência em gestão pública, conhecimento dos serviços e benefícios socioassistenciais.

Conforme a NOB-RH/SUAS, toda a equipe de referência do CRAS deve ser composta por servidores públicos efetivos. A baixa rotatividade é fundamental para que se garanta a continuidade, eficácia e efetividade dos serviços e ações ofertados no CRAS, bem como para potencializar o processo de formação permanente dos profissionais.

#### 3.1.4 O Espaço Físico do CRAS

O espaço físico do CRAS é onde as famílias são acolhidas. Logo, é um espaço de referência para as famílias que residem no seu território de abrangência, e por isso os CRAS não podem ser instalados em edificações indevidas e improvisadas.

Por ser uma unidade pública que oferece o serviço PAIF, o CRAS deve ter espaços que se enquadre a ação, procedimentos e atividades presumidas pelo serviço, estes espaços devem contar com ambientes amplos trazendo qualidade, viabilizando o sigilo das informações, e também deverão contar com acessibilidade.

#### 3.1.5 Espaços Mínimos do CRAS

Conforme caderno de orientação técnica do CRAS, os espaços mínimos exigidos para que um imóvel possa ser a sede do CRAS e oferte o PAIF, devem possuir: recepção, sala de atendimento, sala de uso coletivo, sala administrativa, copa e sanitários. Porém, só com estes espaços, a boa execução do trabalho fica comprometida. E para o melhor funcionamento do serviço, novos espaços físicos são fundamentais.

Embora seja um equipamento estatal, os espaços físicos nem sempre são de propriedade das prefeituras municipais e, é possível que a implantação de CRAS se dê em imóveis cedidos, alugados ou compartilhados. No caso de compartilhamento (com associações comunitárias, ONGs, entidades privadas ou estruturas administrativas) as portas de entrada do CRAS e do Órgão Gestor devem ter acessos individualizados e não podem se ligar internamente.

Caso o CRAS compartilhe espaços com outros equipamentos públicos a sua identidade deve ser garantida por meio de placas padrão e sinalizações estrategicamente posicionadas nas áreas externas do imóvel, em local de fácil visualização para os usuários.

O CRAS deve ter a mesma nomenclatura em todo o país e significado semelhante para a população em qualquer território da federação, assim, a placa de identificação do CRAS possui uma identidade visual, cujo modelo e especificações padrão, conforme figura 12.



Figura 12 Placa de identificação de CRAS  
Fonte: Caderno de Orientação do CRAS

### 3.2 Implantação do CRAS à Nível Nacional e Estadual

A implantação dos CRAS em todo território nacional tem crescido a cada ano. Conforme visualizamos no gráfico 3 a seguir, no período de 2014 a 2017.

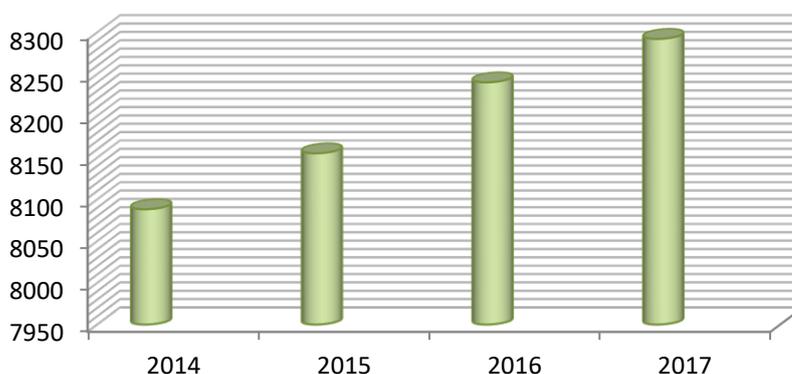


Gráfico 3: Implantação do CRAS em todo território nacional.  
Fonte: Dados do Censo SUAS 2017, adaptado pela autora.

Para cada estado, pode-se visualizar, na figura 13, a quantidade de CRAS por Unidade Federativa.

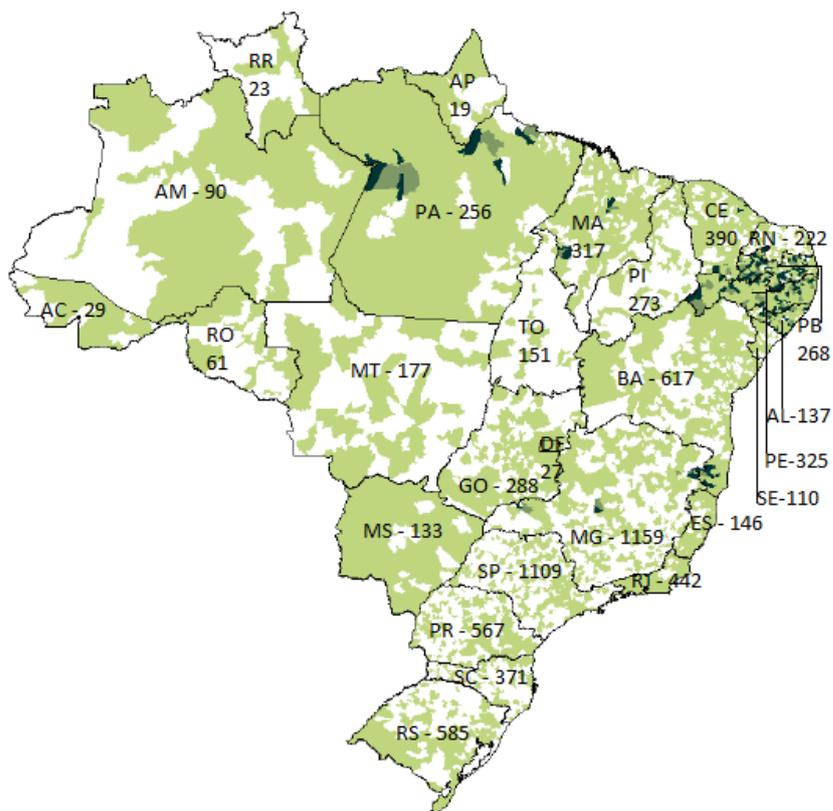


Figura 13 Quantidade de CRAS por Estados no Brasil  
Fonte: Dados do Censo SUAS 2017, adaptado pela autora.

Conforme o Censo de 2017, o Brasil possui 8292 unidades de Centro de Referência de Assistência Social. O estado que conta com mais equipamentos de CRAS é Minas Gerais, 1159 unidades; em 2º lugar temos São Paulo, com 1109 unidades e logo atrás vem Bahia com 617 unidades, e o 4º estado é o Rio Grande do Sul com 585 unidades.

Abaixo na tabela 1, a quantidades de CRAS por regiões do Brasil.

Tabela 1: Quantidade de CRAS por regiões no Brasil

DADOS GERAIS		
Quantidade de CRAS por Região		
	Quantidade de unidades	%
Norte	629	7,6
Nordeste	2659	32,1
Sudeste	2856	34,4
Sul	1523	18,4
Centro-Oeste	625	7,5
Total	8292	100,0

Fonte: CENSO SUAS, 2017.

Na tabela 2 abaixo observe a quantidade de CRAS de acordo com os portes dos municípios.

Tabela 2: Quantidade de CRAS por municípios no Brasil.

Quantidade de CRAS por porte de município		
	Quantidade de CRAS	%
Pequeno I	4023	48,5
Pequeno II	1444	17,4
Médio	814	9,8
Grande	1590	19,2
Metrópole	421	5,1
Total	8292	100,0

Fonte: CENSO SUAS, 2017

No Estado do Rio Grande do Sul, tem-se 497 municípios. Em 480 cidades existe o serviço do CRAS. O município com mais equipamentos de CRAS é Porto Alegre, com 22 unidades; logo atrás vem Caxias do Sul, com 6 unidades, entre 3 a 5 unidades temos diversos locais, mas a maior parte das cidades do estado tem apenas uma unidade de atendimento do CRAS.

Unidades de CRAS				
Municípios	Cadastrados	Iniciados	Finalizados	Não foi iniciados
480	590 unid.	7	580	3

Figura 14 Unidades de CRAS no Rio Grande do Sul  
Fonte: CENSO SUAS, 2017

### 3.3. Implementação do CRAS em Sertão Santana

No município de Sertão Santana até o ano de 2007, a Secretaria de Assistência Social fazia parte da pasta da Secretaria de Saúde do município. Por isso, não havia divisão de recursos nem funcionários disponíveis.

A partir de 2007, através de concurso público foi nomeada a primeira assistente social do município. A partir disso, começou a ser implantada a Secretaria de Assistência. O passo seguinte foi a criação da Lei Municipal de Assistência Social 989/ 2007 que entrou em vigor no ano seguinte.

Com o objetivo de ter um CRAS no município, foi solicitada a prefeitura municipal uma edificação que cumprisse as recomendações mínimas: recepção, sala de atendimento, e sala multiuso, esse conjunto já era visto como CRAS, conforme o porte I do município de Sertão Santana. Para tanto, foi alugada uma edificação e no

dia 01/12/2008 foi realizada a inauguração do espaço, nomeado de Centro de Referência de Assistência Social Transformando Realidades.

O pequeno espaço admitia apenas uma recepcionista e uma assistente social. A assistente social responsável pela técnica, atendimentos, e gestão da secretaria. O espaço contava, ainda, com o apoio de uma psicóloga cedida da secretaria de educação, 8 h por semana, responsável pela acolhida dos grupos do PAIF juntamente com a assistente social.

Em 2010, a secretaria recebe mais uma psicóloga para trabalhar apenas na assistência social.

Dois anos depois, o município deixa de receber parte do recurso por não estar adequado as exigências do SUAS. O serviço foi se expandido, o local já não suportava mais a demanda do município, então, foi decidido separar fisicamente o CRAS da secretaria de assistência.

Após a separação física dos serviços, o CRAS de Sertão Santana recebeu mais servidores e assistentes sociais, consolidando sua equipe de funcionários. Entretanto a separação física do CRAS e a secretaria de assistência social não foram bem vistas pelos funcionários, conforme relato, realizado durante uma entrevista da pesquisadora:

“É importante a secretaria estar próxima do CRAS, devido ao serviço não poder ser fragmentado, as duas partes precisam andar juntas para funcionar. (Depoimento de uma Assistente Social).

#### **4. Métodos e Técnicas Adotadas**

A abordagem desta pesquisa é qualitativa e descritiva. Qualitativa porque envolve valores, representações, hábitos, atitudes e opiniões, e descritiva, pois estuda as relações entre as variáveis sem manipulá-las.

"A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc." (LAKATOS E MARCONI, 2008 p.269).

A pesquisa apresentar-se, então, como teórica e empírica, realizada a partir de revisão de literatura e estudo de caso. A revisão de literatura trouxe subsídios teóricos para o aprofundamento do assunto e para a coleta de informações no estudo de caso.

Foram realizadas visitas exploratórias, observações sistemáticas, entrevista estruturada e o poema dos desejos.

#### 4.1 Visitas Exploratórias

Segundo Brandão e Amaral apud Ornstein (1992):

"as visitas exploratórias são ferramentas de pesquisas que objetivam analisar o ambiente construído, possibilitando a identificação dos aspectos funcionais e não funcionais do mesmo. Sua adoção se faz importante para a compreensão inicial do problema e a definição prévia das questões levantadas".

O objetivo da visita exploratória é obter o primeiro contato com o ambiente. Além disso, busca-se obter informações gerais como: o espaço, organização do serviço, horários de atendimento, atividades realizadas, público alvo, entre outros.

Foram realizadas duas visitas exploratórias, em cidades do Rio grande do Sul.

A primeira visita foi realizada no CRAS da cidade de Garibaldi. Ela foi agendada, previamente, por telefone, e ocorreu no dia 12/11/18. Teve duração de, aproximadamente, 2 horas e quem acompanhou a visita foi a coordenadora do CRAS.

Já na segunda visita, foi realizada na cidade de Doutor Ricardo e agendada por telefone, e ocorreu no dia 12/11/18. Teve duração, aproximadamente, de 1 hora e 40 minutos e quem acompanhou a visita foi a coordenadora do CRAS.

E o terceiro CRAS não foi realizado a visita exploratória porque a pesquisadora trabalha lá e vivência diariamente o espaço, conhece bem suas potencialidades, problemas e necessidades.

A técnica utilizada para as visitas foi o registro fotográfico e anotações de informações técnicas relevantes para o projeto.

No estudo de caso (item 8) serão apresentadas as análises, aprofundadas, dos CRAS visitados.

#### 4.2 Observações Sistemáticas

"A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações utilizando os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. É um elemento básica da investigação

científica utilizado na pesquisa de campo [...] (LAKATOS E MARCONI, 2008).

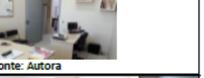
A técnica de coleta de dados utilizada neste trabalho, foi de Observação Sistemática, que segundo Lakatos e Marconi (2008), utiliza instrumentos para a coletados dados ou fenômenos observados e realiza-se em condições controladas, para responder a propósitos preestabelecidos. Porém, as normas não devem ser rígidas ou padronizadas, pois situações, objetos e objetivos podem ser diferentes".

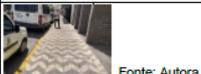
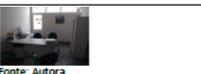
A planilha de avaliação está organizada em 5 colunas: dados a serem observados, atributos (elementos), a descrição da avaliação, avaliação, e imagem do item observado, conforme figura15.

PLANILHA DE AVALIAÇÃO				
DADOS OBSERVADOS	ATRIBUTOS (Elementos)	DESCRIÇÃO DA AVALIAÇÃO	AVAL. (+/-)	IMAGEM
1. ENTORNO				

Figura 15 Planilha de avaliação  
Fonte: Própria autoria.

Os dados observados foram divididos em 3 tópicos: entorno, área externa da edificação e a edificação. Planilha de avaliação segue conforme apêndice A.

PLANILHA DE AVALIAÇÃO DOUTOR RICARDO				
DADOS OBSERVADOS	ATRIBUTOS	DESCRIÇÃO DA AVALIAÇÃO	AVAL.	IMAGEM
<b>1. ENTORNO</b>				
Inserção na cidade/localização	Contexto	O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Doutor Ricardo está inserido no centro urbano da cidade, em uma área não muito edificada em seu entorno, com bastante vegetação ao seu redor.	+	 Fonte: Autora
Transporte público Pontos de ônibus	Existem? Condições	O ponto de ônibus mais próximo do CRAS fica na rua de cima em frente a igreja. Obs: Imagem ao lado tirado do pátio do CRAS em direção ao ponto de ônibus.	+	 Fonte: Autora
Infraestrutura	Quais elementos?	Possue saneamento básico, transporte público, educação, saúde, limpeza urbana em toda a cidade, calçamento nas ruas.	+	 Fonte: Autora
Áreas de lazer Mobiliário	Existem? Quais? Estado de conservação	O pátio dispõe de uma praça para lazer das crianças, telefones públicos.	+	 Fonte: Autora
Equipamentos urbanos	Existem? Quais? Estado de conservação	Próximo a edificação existe um ginásio municipal de esportes, onde o CRAS também utiliza para atividades esportivas com os grupos, posto da polícia militar, restaurante, igreja, salão paroquial.	+	 Fonte: Autora
Acessibilidade	Desníveis, Aclive, Pisos Qualid. calçada Sinalizações	As instalações do prédio do CRAS é mais elevado do que o nível da rua, porém ele é todo acessível com rampa, onde está grande rampa se integra com a calçada.	+	 Fonte: Autora
Segurança	Quais elementos	Não é utilizado nenhum equipamento de segurança no prédio e as áreas de entorno são abertas (sem grades ou cercamentos).	-	----
Características das edificações do entorno	Usos Altura Estilos	Praticamente sem edificações em seu entorno.	+ -	 Fonte: Autora
<b>2. ÁREA EXTERNA DA EDIFICAÇÃO</b>				
Estacionamento	Funcionários Usuários Vagas acessíveis	Estacionamento próprio do CRAS não tem, utilizam a rua ou um terreno vazio que fica ao lado. A noite o carro do CRAS vai para o pátio da prefeitura.	-	 Fonte: Autora
Bicicletário	Existem? Condições	Não existe.	-	----
Acessos	Funcionários Serviço Usuários	Os funcionários costumam acessar pelos fundos e os usuários pela frente. Quando recebem materiais é sempre pelos fundos. Obs: a trava principal da porta da frente se dá por dentro.	+	 Fonte: Autora
Área de convivência	Existem? Condições	Existe uma piscina coberta para os grupos que atendem. Ela é acessível (com rampa e corrimãos), porém não é aquecida e só pode ser utilizada no verão.	+ -	 Fonte: Autora
<b>2. A EDIFICAÇÃO</b>				
Acessibilidade	Desníveis Pisos Qualid. calçadas Sinalizações	Acessível para cadeirante, edificação com rampa na frente e nos fundos, também possui sanitário acessível. A cerâmica é a mesma em toda a edificação, só ao redor da piscina o piso é adequado para áreas molhadas.	+	 Fonte: Autora
Conforto térmico	Temperatura Ventilação Climatização	Os ambientes possuem ventiladores, ar condicionado e aberturas. Era um dia bem quente, mas no ambiente estava agradável.	+	----
Conforto Luminico	Iluminação natural / artificial	Todas as salas havia abertura, para entrada de luz natural. A iluminação artificial nas salas menores era boa, mas nas salas maiores poderia ser mais iluminada.	+ -	----
Conforto Acústico	Isolamento dos ambientes	Não existe.	-	----
Layout mobiliário	Disposição Condições Atende demanda	Muitas móveis em um ambiente só, cada ambiente recebe uma mobília diferente, não tem um padrão. Em alguns casos, algumas salas os móveis são misturados, sem padrão de cor e texturas.	-	 Fonte: Autora
layout recepção	Disposição Atende a demanda?	Espaço amplo, porém a disposição dos móveis não está muito boa. A distância entre o balcão de recepção e as poltronas de espera é bem apertado, sobrando muito espaço para os outros lados.	-	 Fonte: Autora
Layout salas	Disposição Atende a demanda?	Faltam salas para todas as atividades. Os espaços são compartilhados para minimizar o problema. Ambientes apertados.	-	 Fonte: Autora
Espaços X Mobiliário	Conflitos	Aparece diversos conflitos, pela falta de espaço, dividem as salas, o mobiliário é um pouco de cada tipo, assim fica, apertado e misturado, sem nenhum padrão.	-	 Fonte: Autora
Distrações Positivas	Cores Texturas Paisagismo	As cores das paredes internas predominam cores claras, algumas salas tem uma parede de outra cor. As paredes externas são amarela clara. Em toda parte externa do prédio existe um tratamento paisagístico tomando o ambiente agradável.	+	 Fonte: Autora
Salas/ambientes extra	salas extra no programa Cras	O prédio conta com um amplo auditório, com uma sala de reuniões e uma sala de pintura.	+	 Fonte: Autora

PLANILHA DE AVALIAÇÃO MUNICÍPIO DE GARIBALDI				
DADOS OBSERVADOS	ATRIBUTOS	DESCRIÇÃO DA AVALIAÇÃO	AVAL.	IMAGEM
<b>1. ENTORNO</b>				
Inserção na cidade	contexto	O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Garibaldi está inserido no centro urbano da cidade, próximo a diversos serviços utilizados pela população. Está localizado em uma das principais avenidas da cidade.	+	 Fonte: Autora
Transporte público Pts de ônibus	Existem? Condições	Existem linhas que conectam os demais bairros da cidade; A cada quadra existe um ponto de ônibus e estes possuem bom estado de conservação.	+	 Fonte: Autora
Infraestrutura	Quais elementos?	Saneamento básico; Limpeza urbana em toda a cidade; Calçamento nas ruas;	+	 Fonte: Autora
Áreas de lazer / mobiliário	Existem? Quais? Estado de conservação	O centro da cidade onde está inserido o CRAS é totalmente edificado, o parque municipal mais próximo está localizado a 5 quadras. Telefones públicos,	-	 Fonte: Autora
Equipamentos urbanos	Existem? Quais? Estado de conservação	No entorno da edificação está localizado o hospital, a prefeitura, bancos, cafés, lojas, a igreja ( matriz), posto de combustível, brigada militar.	+	 Fonte: Autora
Acessibilidade	Desníveis Pisos Qualid.caçadas Sinalizações	As calçadas não possuem rebaixos para cadeirantes; Não existem pisos podotáteis (com rotas acessíveis); As calçadas não apresentam bom estado de conservação; E não se observou placas de sinalização.	-	 Fonte: Autora
Segurança	Existe? Quais elementos?	Próximo da edificação tem um posto da brigada militar. Não existe equipamentos de monitoramento (câmeras de vigilância) no centro da cidades.	+ -	---
Características das edificações do entorno	Usos Estilos Altura	Usos mistos, residencial e comercial, mas principalmente é lojas, bancos, cafés e restaurantes. As alturas não ultrapassam 2 pavimentos.	+	 Fonte: Autora
<b>2. ÁREA EXTERNA DA EDIFICAÇÃO</b>				
Estacionamento	Funcionários Usuários Vagas acessíveis	O CRAS não possui vagas de estacionamento; Os veículos do CRAS ficam em frente a sede, durante o dia e a noite vão para a garagem da prefeitura.	-	 Fonte: Autora
Bicicletário	Existem? Condições	Não existem no entorno nem na edificação.	-	---
Acessos	Funcionários Serviço Usuários	Todos pelo mesmo acesso, é o único que tem.	-	 Fonte: Autora
Área de convivência	Existem? Condições	O CRAS não tem áreas externas. Eles alugam outro espaço, para realizar as atividades externas com grupos, devido a falta de espaço.	-	---
<b>2. A EDIFICAÇÃO</b>				
Acessibilidade	Rampa Escada Elevador Pisos Sinalizações	Na edificação eles contam com banheiro acessível e elevador. No térreo o piso é porcelanato de cor cinza. A escada em todos os pavimentos em granito cinza. No 2º e 3º pavimento o piso é laminado, com sinalização (emborrachada) na saída da escada. Os corredores possuem corrimãos conforme NBR 9050.	+	 Fonte: Autora
Conforto térmico	Temperatura Ventilação Climatização	Ar condicionado (estavam desligados). Os ambientes possuem aberturas. Era um dia quente e nos ambiente estava calor.	-	---
Conforto Lumínico	Iluminação natural / artificial	Todas as salas havia abertura, para entrada de luz natural, e também havia boa iluminação artificial, todos ambientes eram bem claros.	+	 Fonte: Autora
Conforto Acústico	Isolamento dos ambientes	Não existe.	-	---
Layout mobiliário	Disposição Condições Atende demanda	Muitas móveis em um ambiente, mas todos eram o mesmo padrão de cores e texturas.	+	 Fonte: Autora
layout recepção	Disposição Atende a demanda?	Espaço amplo, organizado. Segue o mesmo padrão de mobiliário, há bebedouro, televisão, revistas e quadro de avisos a população.	+	 Fonte: Autora
Layout salas	Disposição Atende a demanda?	Falta organização dos móveis, acabam colocando muita coisa nas salas (talvez mobília desnecessária); o que causa a poluição visual.	-	 Fonte: Autora
Espaços X Mobiliário	Conflitos	Dividem os espaços por faltar salas, observam-se ambientes muito apertados.	-	 Fonte: Autora
Distrações Positivas	Cores Texturas Paisagismo	As cores das paredes internas e externas são cores claras; Não há quase paisagismo na edificação, apenas um jardim na lateral da edificação.	+	 Fonte: Autora
Salas Ambientes extra	Salas extra no programa Cras	O prédio possui um auditório, uma sala de atividades, uma sala para trabalhos manuais, uma sala para motoristas, entre outras.	+	 Fonte: Autora

### 4.3 Entrevista Estruturada

De acordo com a definição de Lakatos e Marconi (2008), "entrevista estruturada é quando o pesquisador segue um roteiro previamente estabelecido. As perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas".

Na entrevista buscou-se extrair dados sobre o serviço do CRAS, a nível nacional e estadual, assim como a legislação vigente, orientações técnicas, referências de CRAS no estado, meios viáveis de recursos para execução de projeto, infraestrutura, entre outros.

Foi realizada com o Roberto Moller, especialista em gestão pública na área de assistência social há 23 anos, o qual presta consultoria a diversos municípios do estado, com assuntos relacionados a gestão e CRAS. A escolha do entrevistado surgiu por ele ser especialista na área, ter um amplo conhecimento no assunto e ter mostrado interesse (quando a pesquisadora, numa conversa informal, falou sobre a ideia do projeto). A entrevista foi agendada via e-mail e realizada no dia 24/08/2018.

O formulário de entrevista foi dividido por tópicos, funcionamento e ambiente, conforme apêndice B.

A partir da entrevista foi possível ter um melhor embasamento teórico para a primeira etapa do projeto.

### 4.4 Poema dos Desejos

"O Poema dos desejos é um instrumento de grande utilidade na etapa de programação de um projeto de arquitetura, especialmente nas abordagens participativas [...]. Sanoff (1994) considera a participação como uma abordagem "includente e pluralista" que, além de atender às necessidades humanas fundamentais, possibilita que os valores dos usuários sejam explicitados. [...] ao possibilitar que os grupos de indivíduos explicitem e reivindiquem suas necessidades e expectativas, que de um modo geral são ignoradas pelos projetistas e planejadores [...]" (RHEINGANTZ ET. AL, 2009).

Nesta pesquisa, o método foi conduzido a três grupos: funcionários, usuários e um especialista da área. Os participantes foram convidados a preencher o poema dos desejos com frases. O formulário, figura 16, traz em seu cabeçalho o controle de identificação geral dos participantes. Em seguida, tem- e a seguinte frase: "Eu gostaria que este CRAS (fosse ou tivesse)". A partir daí o respondente pode expressar

livremente seus desejos em relação ao lugar, conforme apêndice C, segue 2 preenchidos.

Poema dos Desejos  
FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS  
Arquitetura e Urbanismo

Identificação

Controle:  
Entrevistado nº:    Data / /2018    Início:    Término:  
Caracterização da amostra:     Usuário     Funcionário     outro

*"Eu gostaria que este Cras (fosse ou tivesse)..."*

Figura 16 Formulário de aplicação do Poema dos Desejos  
Fonte: Criado por Henry Sanoff e adaptado pela autora.

Durante o preenchimento foram observadas falas espontâneas que pudessem enriquecer os resultados. E para não comprometer as atividades dos respondentes, foi solicitado que o preenchimento dos formulários não ultrapassasse 15 minutos.

Nos resultados dos poemas dos desejos surgiram 17 itens acerca do ambiente. Alguns deles foram reiterados por outros participantes.

Na figura 17, a nuvem de palavras, sintetiza o resultado dos poemas aplicados em toda a amostra (funcionários, usuários e entrevistado). Conforme a importância do item (mais vezes citado) a palavra está maior e numa tonalidade mais escura.

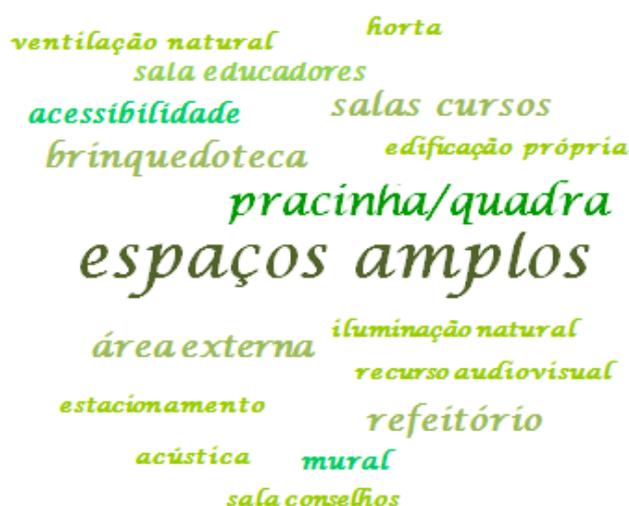


Figura 17 Nuvem de palavras resultante da aplicação dos poemas

Fonte: autoria própria.

Pela nuvem de palavras (figura 17) observa-se que o item mais citado, tanto pelos funcionários, quanto pelos usuários, foram os espaços mais amplos (aparece

dez vezes para funcionários e sete vezes para usuários). Em seguida, o desejo de uma pracinha e quadra para as crianças, surgiu cinco vezes para os funcionários e usuários. Ainda, alguns itens (brinquedoteca, sala para educadores sociais, sala de cursos, área externa e refeitório) foram citados três vezes por funcionários e duas vezes pelos usuários.

Além disso, alguns itens que são considerados importantes surgiram uma única vez. São eles: edificação própria e toda acessível, tratamento acústico nas salas de atendimento, espaço para exposição e informações dos trabalhos realizados pelos grupos do CRAS e uma horta.

Cabe ainda salientar, que o poema realizado pelo especialista, além de reiterar os anseios dos outros participantes, acrescentou itens de extrema importância como: murais informativos na recepção, sala para os conselhos locais, recursos audiovisuais nas salas, estacionamento para o público idoso e pessoas com deficiências, e espaço para distrações e contemplação nas áreas externas.

#### 4.5 Estudo de Caso

O estudo de caso no universo das ciências sociais, segundo Becker (1999), tem um duplo propósito de chegar a uma compreensão abrangente do grupo estudado e, ao mesmo tempo, tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre as regularidades do processo e estruturas sociais.

No âmbito dessa pesquisa, buscou-se avaliar os espaços de três centros de referência social (CRAS), um no município de Garibaldi, outro no município de Doutor Ricardo e no município de Sertão Santana, onde receberá a nova proposta de projeto. Ambos buscam o sentido de compreender o ambiente físico, bem como as inter-relações estabelecidas entre o ambiente e seus usuários. Os resultados obtidos estão descritos no item 8 e auxiliarão na construção do programa de necessidades para o projeto arquitetônico.

Ao final da aplicação dos métodos e técnicas adotadas observa-se que a abordagem multi-métodos, organizada no quadro 4, permitiu uma melhor leitura das condições dos CRAS.

Quadro 4: Sistematização dos métodos utilizados

<b>SISTEMATIZAÇÃO DOS MÉTODOS UTILIZADOS</b>		
Método	Com quem?	Objetivo
Visita exploratória	Ambiente	Leitura espacial do lugar
Observações	Ambiente	Avaliação do ambiente
Entrevista	Especialista na área	Entendimento geral de um CRAS e pontos específicos vivenciados pelo profissional que atua 23 anos na área.
Poema dos desejos	Funcionários e usuários do CRAS	Anseios e expectativas do local, problemas encontrados.
Estudos de caso	Ambiente	Compreensão das funções dos ambientes e do programa de

Fonte: autoria própria.

## 5. Definições Gerais

As definições gerais envolvem os agentes de intervenção e seus objetivos com o projeto proposto, e a caracterização do público que o projeto pretende atender.

### 5.1 Agentes de Intervenção e seus Objetivos

O Complexo de Assistência Social para o Município de Sertão Santana, será um equipamento de caráter público. Seu objetivo é unir os serviços que hoje estão separados. Com isso, será possível oferecer uma melhor prestação de serviço aos sertanenses e melhorar a qualidade de trabalho dos funcionários.

A prefeitura de Sertão Santana dispõe de um terreno potencialmente identificado para este fim.

Os recursos disponíveis são: mediante utilização de recursos municipais, por meio de emendas parlamentares do Orçamento Geral da União, através de gestão direta de projeto junto ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) ou pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

“[...] uma caminhada longa, mas possível, prova disso é que a maior parte dos CRAS existentes no Rio Grande Do Sul, fez este caminho” (MOLLER).

## 5.2 Caracterização da População Alvo

O complexo de assistência social sertanense, está aberto a comunidade em geral. Atualmente, atende crianças, jovens, mulheres e idosos nos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, famílias que buscam pelo atendimento integral à família e a comunidade em geral.

## 6. Levantamento da Área de Intervenção

Este item apresenta a área escolhida para o projeto de um Complexo de Assistência Social no Município de Sertão Santana.

No primeiro momento será apresentado o terreno escolhido e a justificativa da escolha, depois serão feitas análises das relações funcionais com a região, o relevo, o uso e ocupação do solo, a hidrografia e os dados climáticos do município.

### 6.1 O Terreno Escolhido

Como mencionado anteriormente, uma relevância importante para a escolha do terreno a ser inserido o projeto, foi um local de fácil acesso a população, assim, buscou-se um local no centro, por ser um local público, mas privado por pertencer a prefeitura, optou-se, por escolher-se um terreno que já fosse de posse do município, coincidência ou não, o terreno escolhido, foi comprado para futuramente receber as instalações do CRAS. Na figura 18, a observasse a área central de Sertão Santana e na seta vermelha a área escolhida.



Figura 18 Foto aérea do centro de Sertão Santana, indicando onde será inserido o complexo  
 Fonte: <http://sertaosantana-rs.com.br/fotos/> - adaptada pela autora.

O terreno está situado na avenida principal de acesso da cidade, seu entorno apresenta inúmeras edificações residenciais e comerciais, assim como os equipamentos urbanos mostrados na figura 19, e na figura 20, o entorno imediato da área de intervenção.



Figura 19 Equipamentos Urbanos do Entorno do Terreno  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Sertão Santana / adaptado pela autora

Entorno imediato da área de intervenção, com os equipamentos mais próximos, conforme figuras, 21, 22, 23 e 24.

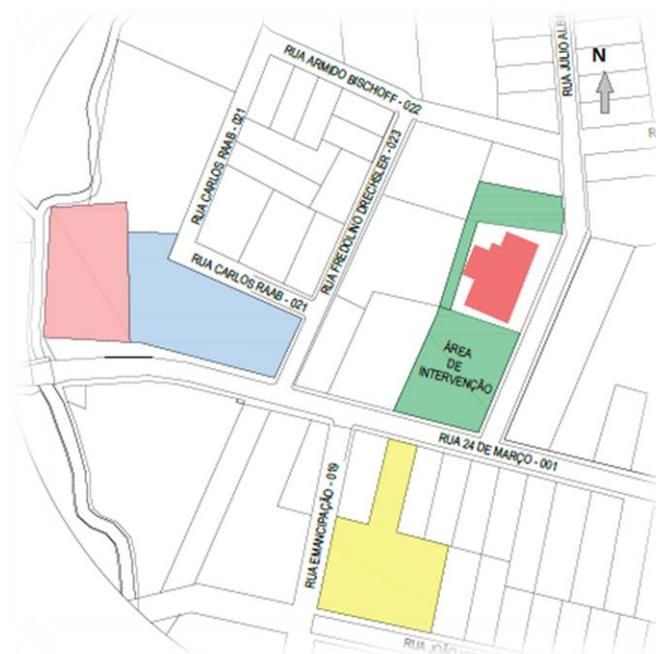


Figura 20 Entorno imediato da área de edificação  
Fonte: Prefeitura Municipal de Sertão Santana / adaptado pela autora



Figura 21 Creche Municipal  
Fonte: <http://sertaosantana-rs.com.br/fotos/>



Figura 22 Área de Convivência – Praça  
Fonte: <http://sertaosantana-rs.com.br/fotos/>



Figura 23 Prefeitura Municipal  
Fonte: <http://sertaosantana-rs.com.br/fotos/>



Figura 24 Escola Estadual  
Fonte: <http://sertaosantana-rs.com.br/fotos/>

A área de intervenção é composta por dois terrenos, ambos da prefeitura, interligados por uma área (nos fundos da creche).

O terreno principal fica localizado na esquina da Rua 24 de Março com a Rua Júlio Albino Oppelt, em frente à Prefeitura Municipal, medindo 38 x 50m, totalizando uma área de 1.900,00 m<sup>2</sup>. O outro terreno está localizado ao lado da creche, com frente na Rua Julio Albino Oppelt, medindo 18,10 x 36,87m, totalizando uma área de 667,00 m<sup>2</sup>, conforme observamos na planta de situação na figura 25.

Nos terrenos existem espécies de árvores nativas (6 Canelas do Brejo e 1 Amoreira Branca, figura x). Caso seja necessário retirá-las, deverá ser feita a compensação, isto é, cada unidade retirada deve-se fazer o plantio de 15 unidades de outras espécies.

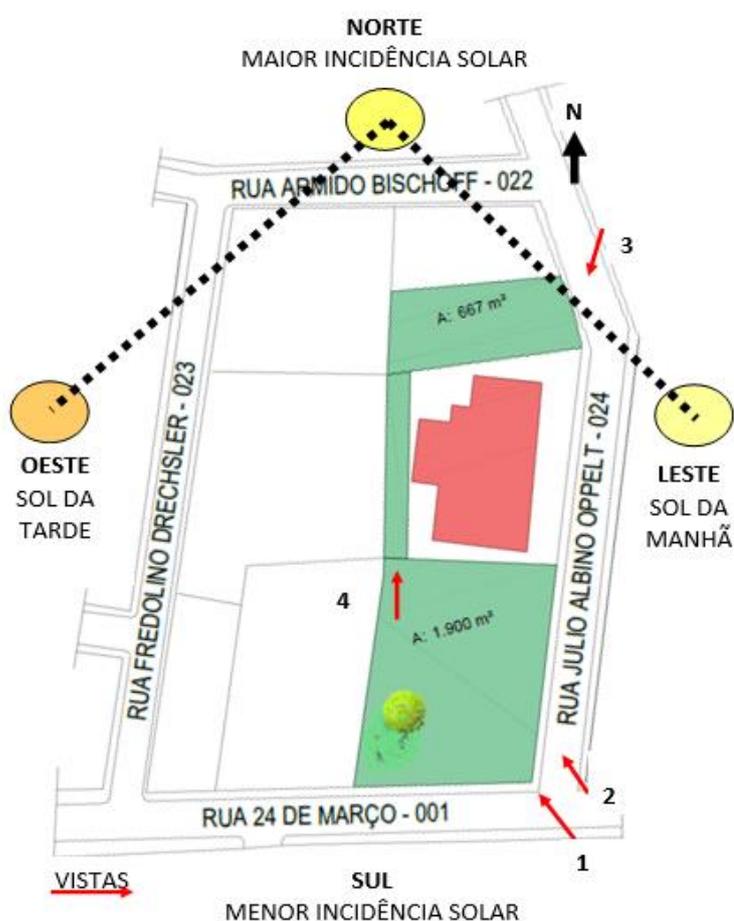


Figura 25 Planta de Situação

Fonte: Prefeitura Municipal de Sertão Santana / adaptada pela autora

Conforme indicadas na figura acima, segue levantamento fotográfico da área.



Figura 26 Vista 1  
Fonte: Autoria própria



Figura 27 Vista 2  
Fonte: Autoria própria



Figura 28 Vista 3  
Fonte: Autoria própria



Figura 29 Vista 4  
Fonte: Autoria própria

## 6.2 Dados Climáticos

O clima da cidade de Sertão Santana é subtropical, apresentando diferentes amplitudes térmicas, com verões quentes e invernos frios, se insere entre as coordenadas  $-30.4^{\circ}$  (sul) e  $-51.6^{\circ}$  (oeste), com grandes relevâncias térmicas nas quatro épocas do ano.

O gráfico 4 apresenta a média anual das temperaturas do município no ano de 2017.

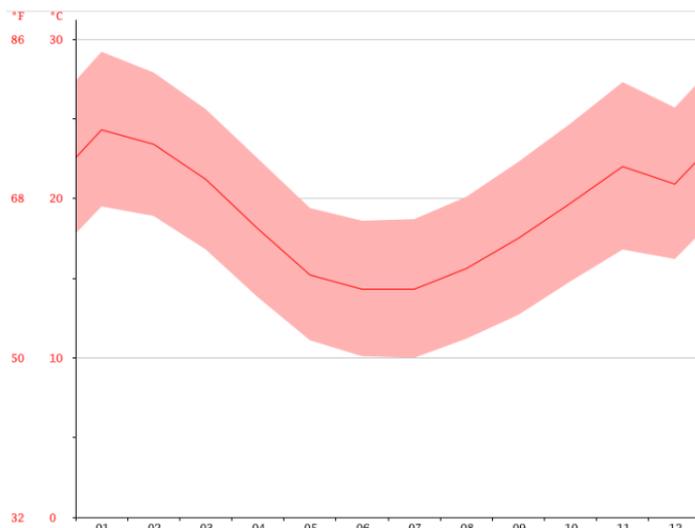


Gráfico 4: Médias Anual das Temperaturas de Sertão Santana

Fonte: <https://pt.climate-data.org/americas-do-sul/brasil/rio-grande-do-sul/sertao-santana-313474/>

Janeiro é o mês mais quente do ano, com uma temperatura média de 24.°C e junho é o mês mais frio do ano, com uma temperatura média de 10 °C.

A variação da temperatura mostra períodos bem definidos de inverno e verão. Sendo assim, as menores temperaturas ocorrem de maio a agosto, no inverno, o que caracteriza um clima mais úmido. Já as maiores temperaturas, ocorrem de dezembro a março, no verão, e caracteriza um clima mais seco.

O gráfico 5 apresenta a média anual das temperaturas e pluviosidade do município no ano de 2017.

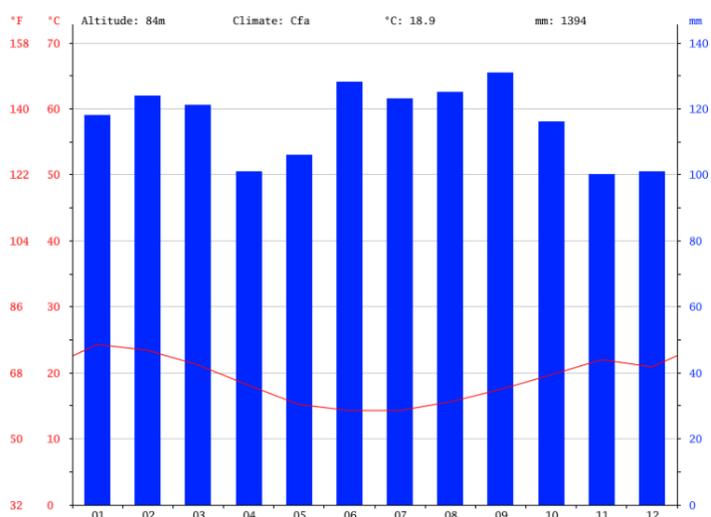


Gráfico 5: Temperaturas e Precipitações Médias de Sertão Santana

Fonte: <https://pt.climate-data.org/americas-do-sul/brasil/rio-grande-do-sul/sertao-santana-313474/>

O mês mais seco do ano é novembro, e sua precipitação é 100 mm. E o mês de setembro é o mês com maior precipitação, uma média de 131 mm.

Na figura 30, faz a comparação anual entre os meses mais secos e mais chuvoso.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Temperatura média (°C)	24.3	23.4	21.2	18.1	15.2	14.3	14.3	15.6	17.5	19.7	22	20.9
Temperatura mínima (°C)	19.5	18.9	16.8	13.8	11.1	10.1	10	11.2	12.7	14.8	16.8	16.2
Temperatura máxima (°C)	29.2	27.9	25.6	22.5	19.4	18.6	18.7	20.1	22.3	24.7	27.3	25.7
Temperatura média (°F)	75.7	74.1	70.2	64.6	59.4	57.7	57.7	60.1	63.5	67.5	71.6	69.6
Temperatura mínima (°F)	67.1	66.0	62.2	56.8	52.0	50.2	50.0	52.2	54.9	58.6	62.2	61.2
Temperatura máxima (°F)	84.6	82.2	78.1	72.5	66.9	65.5	65.7	68.2	72.1	76.5	81.1	78.3
Chuva (mm)	118	124	121	101	106	128	123	125	131	116	100	101

Figura 30 Dados climatológicos

Fonte: <https://pt.climate-data.org/americas-do-sul/brasil/rio-grande-do-sul/sertao-santana-313474/>

Ao comparar o mês mais seco com o mês mais chuvoso, observa-se que existe uma diferença de precipitação de 31 mm e, as temperaturas médias variam 10 °C durante o ano.

### 6.3 Relação Funcionais com a Região

A área de intervenção está localizada no centro de Sertão Santana. O local apresenta uso predominantemente misto (comercial e residencial).

Por estar numa região central o seu entorno possui diversos equipamentos público, como a prefeitura, o hospital, as escolas, a biblioteca, entre outros. Desta forma, o terreno está próximo de pontos de interesse da cidade, o que justifica uma das intenções desta proposta – que é ter o complexo de assistência social em um local acessível para toda população.

### 6.4 Relevô

O relevo do município pode ser considerado levemente ondulado. A maior parte da área do município (71,4%) tem altitude de 100 a 300 metros, como mostra a área em amarelo na figura 31.

Em relação a declividade, 67% da área do município tem declividade média ou alta. E algumas áreas de Preservação Permanente (5,3% da área do município) possuem declividade baixa.

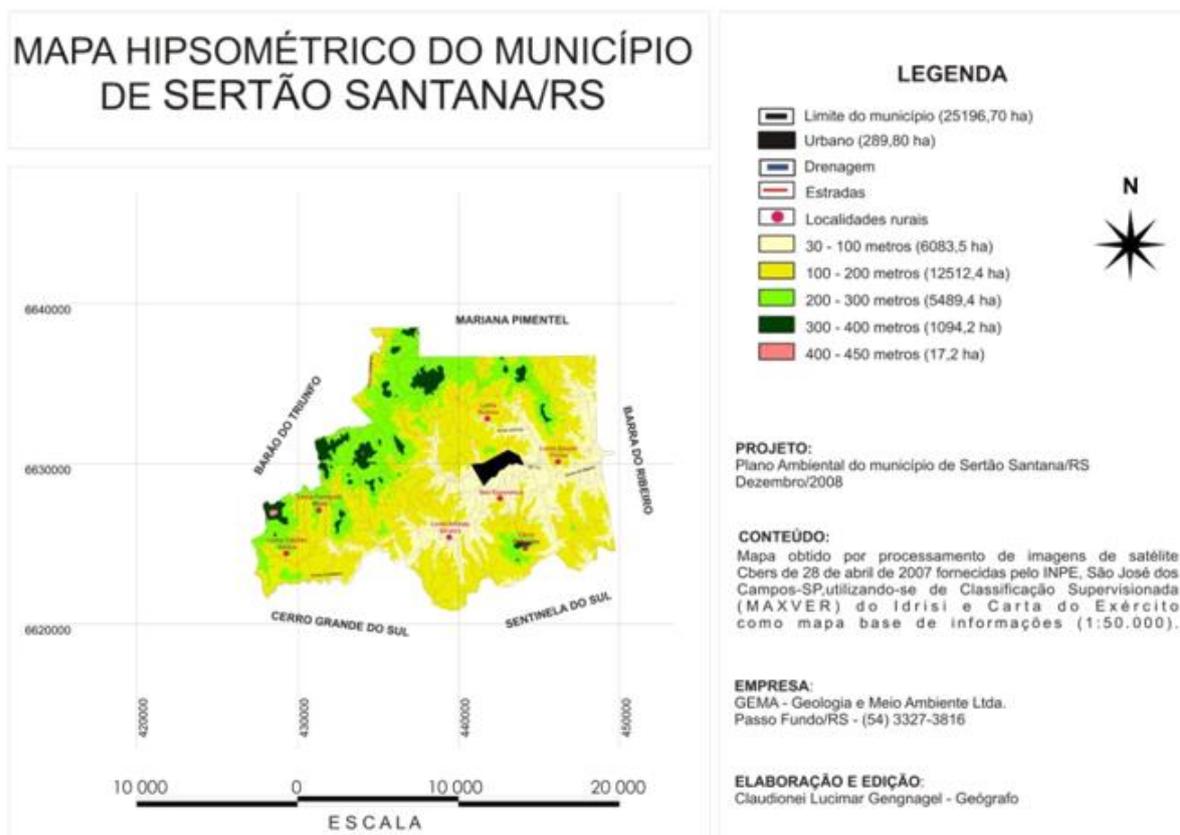


Figura 31 Mapa Hipsométrico do Município de Sertão Santana  
Fonte: Prefeitura Municipal de Sertão Santana

## 6.5 Uso e Ocupação do Solo

O principal uso do solo rural é para a agricultura, predominantemente o cultivo de fumo e arroz.

Na área urbana o principal uso do solo é para fins de construção de domicílios residenciais e comerciais. A arborização urbana é bastante expressiva e com grande número de exemplares de árvores nativas e exóticas. O município busca manter estas espécies e executar o plantio de novos exemplares em ruas, praças, áreas verdes e bairros da cidade. As praças e áreas verdes que ocupam o solo urbano melhoram o aspecto da cidade e favorecem a qualidade de vida da população.

O solo do município de Sertão Santana é bastante frágil com relação à erosão, ficando ainda mais fragilizado quando exposto às ocupações inadequadas do solo urbano, esses processos erosivos ocorrem principalmente em épocas de chuvas intensas e por sobrecargas nas encostas impermeabilizadas por construções, vibrações de tráfego, retirada da cobertura vegetal e outros.

## 6.6 Hidrografia

O município de Sertão Santana faz parte da região hidrográfica do Guaíba, participando da Bacia do Lago Guaíba. A região hidrográfica do Guaíba está localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul.

## 7. Condicionantes Legais

Neste item serão apresentadas as leis e normas técnicas necessárias para execução de um projeto arquitetônico, bem como para a proposta de projeto de um Complexo de Assistência Social.

### 7.1 Leis Municipais

Serão apresentadas aqui o Código de Edificações, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e os Índices Urbanísticos do município de Sertão Santana.

#### 7.1.1 Código de Edificações

O código de edificações do município de Sertão Santana, lei complementar nº 002 de 1º de outubro de 2009, define diretrizes aos projetos, proporcionando condicionantes a novas construções e a alterações em edificações existentes.

### 7.1.2 Uso e Ocupação do Solo

O Plano Diretor do município de Sertão Santana, lei complementar n° 003 de 1° de outubro de 2009, designa as normas e as condições para o uso, ocupação, parcelamento do solo, perímetro urbano e sistema viário do município. Tem como objetivo estabelecer critérios para diminuir a ocupação do solo nas áreas urbanas. Além disso, a lei prevê e controla os usos e ocupações do solo e compatibiliza a implantação das diversas atividades existentes na cidade.

### 7.1.3 Índices Urbanísticos

Por meio do Plano de Desenvolvimento Físico Urbano (PDFU), a lei complementar n° 005 de 1° de outubro de 2009. Fica determinado que a zona urbana de Sertão Santana é dividida em Macro Zona 1 e Macro Zona 2 e a zona rural é Macro Zona 3, conforme figura 23.



Figura 32 Mapa das divisões de zonas  
Fonte: Prefeitura Municipal de Sertão Santana

A área do projeto arquitetônico está inserida na zona mista 1, sendo assim os índices e recuos da área de intervenção definem-se como:

Quadro 5: índices urbanísticos para a zona mista 1

<b>ÍNDICES URBANÍSTICOS - ZONA MISTA 1</b>					
<b>IA</b>	<b>TO</b>	<b>AFASTAMENTOS (recuos)</b>			<b>H. Máxima</b>
		Frontal	Laterais	Fundos	
1,0	80%	4,0 m	1,5m	1,5m	4 pavimentos ou 17m

Fonte: Dados da Prefeitura adaptados pela autora.

## 7.2 Normas Técnicas

Neste item serão apresentadas as normas técnicas essenciais para o desenvolvimento do projeto arquitetônico, que será realizado no próximo semestre (TCC 2).

### 7.2.1 NBR 9050/2015 - Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos

O Complexo de Assistência Social que será criado visa atender, qualquer usuário de Sertão Santana. Por isso, a preocupação com a acessibilidade tanto no interior como no exterior da edificação torna-se condição essencial para uma acessibilidade plena.

A Norma técnica que regulamenta a acessibilidade (NBR 9050/2015) tem como objetivo principal estabelecer critérios e esclarecer os padrões técnicos para projetos arquitetônicos com a inclusão de portadores de necessidades especiais. Sendo assim, possível, o maior número de pessoas, sem se importar com a idade, estatura ou limitação de mobilidade, sejam capazes de utilizar de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.

### 7.2.2 NBR 9077/2001 - Saídas de Emergência em Edifícios

A norma de Saídas de Emergência em Edifícios tem o intuito de trazer segurança aos usuários de uma edificação, em casos de incêndio. Para tanto, os bombeiros devem ter pleno acesso para combater o fogo e orientar a retirada dos

usuários. As saídas comuns das edificações devem ser projetadas como saídas de emergências, ou a edificação deve ter saídas de emergências específicas.

Esta norma estabelece instruções para a segurança das edificações, conforme seu uso, sua altura, suas dimensões em planta e suas características construtivas. Assim, define-se a distância máxima a ser percorrida até uma rota de fuga, a quantidade de saídas de emergência, e a necessidade de se utilizar escadas protegidas, escadas enclausuradas ou escadas comuns.

### 7.2.3 NBR 10151/2000- Conforto Acústico

O conforto acústico é importante para o complexo, devido estar acontecendo diversas atividades ao mesmo tempo, então precisa-se de privacidade e concentração para realizar as tarefas.

A Norma técnica estabelece os níveis de ruído compatíveis com o conforto acústico em ambientes diversos. Porém, para complemento, deve ser consultada a NBR 12179 que apresenta os valores de isolamento acústico de diversos materiais de construção.

### 7.2.4 NBR 12179/ 1992 - Tratamento Acústico em Recintos Fechados

Esta norma traz os critérios fundamentais para aplicação de tratamentos acústicos em ambientes fechados, a norma define um roteiro para o desenvolvimento do tratamento acústico de um determinado espaço.

Torna-se importante para as salas de atendimento individualizadas do CRAS principalmente, pois estas necessitam de sigilo e privacidade nos atendimentos. E também, nas salas de grupos que tem muito ruído e podem atrapalhar a concentração dos usuários que trabalham nas salas mais próximas.

### 7.2.5 NBR 5413/ 1992 Iluminância de Interiores

Esta norma determina os valores de iluminâncias, para iluminação artificial em interiores, onde se realizem atividades de comércio, indústria, ensino, esporte entre outras.

### 7.2.6 NBR 8995/ 2013 Iluminância em Ambientes de Trabalho

A norma técnica de Iluminância em ambientes de trabalho estabelece critérios para uma boa iluminação permitindo que as pessoas que ali habitam, se movam com segurança, desempenham suas tarefas visuais de maneira eficiente, sem desconforto. A iluminação pode ser natural, artificial ou uma combinação de ambas.

## 8. Os Estudos de Caso

Na pesquisa realizada tem-se o estudo de caso. Como sabemos, "[...] o estudo de caso, como outras estratégias de pesquisa, representa uma maneira de se investigar um tópico empírico seguindo-se um conjunto de procedimentos pré-especificados [...]"(YIN, 2001, p. 35). Yin afirma, ainda que "o estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas" (2001, p. 27).

Para o conhecimento da realidade do serviço de um CRAS foi necessário o entendimento do ambiente físico oferecido e da relação que os usuários estabelecem com o ambiente. Para tal, foram realizados três estudos. Nesses estudos foram utilizados diferentes métodos – visita exploratória, observações, entrevista, poema dos desejos e análise documental (plantas do projeto). Justifica-se a escolha de diferentes métodos para sanar as possíveis limitações de cada um, assim, completando-os. A abordagem multi-métodos permitiu uma melhor leitura das condições atuais dos locais estudados. E será importante para extrair o programa de necessidades e para compreender as funções estabelecidas. Os resultados são apresentados a seguir:

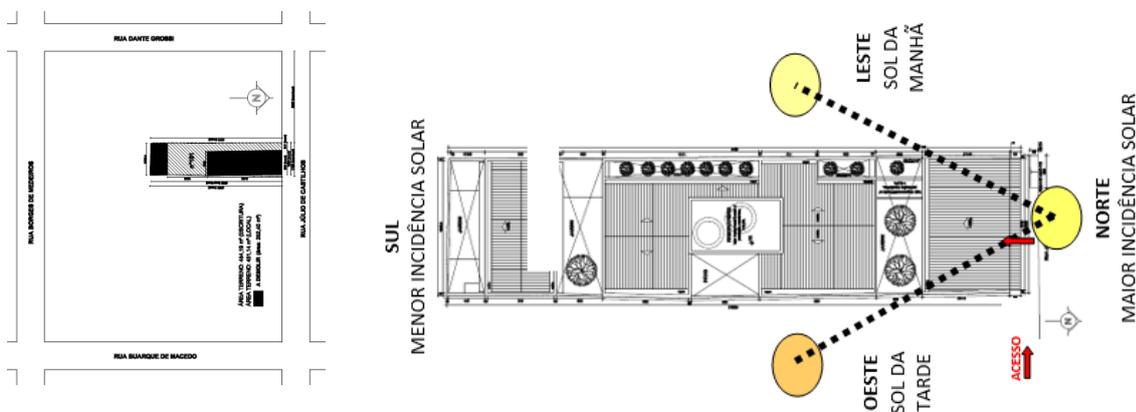
## 8.1 Estudo de caso 1

O primeiro estudo de caso é Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) na cidade de Garibaldi, no sul do Brasil (figura 33).

Figura 33: CRAS do Município de Garibaldi	
	<b>Ficha Técnica:</b>
	<b>Ano do Projeto:</b> 2013.
	<b>Ano de inauguração:</b> 2015.
	<b>Arquitetos Responsáveis:</b>
	Eduardo Pizzato; Helena Karpauzas; Luciano de Topin Ribeiro; Marcos Almeida.
<b>Área do Projeto:</b> 807,71 m <sup>2</sup> .	
<b>Endereço:</b> Avenida Júlio de Castilhos, nº 101, Bairro Centro - Garibaldi – RS.	

Figura 33: CRAS do Município de Garibaldi  
Fonte: acervo próprio.

O CRAS do município de Garibaldi tem sua sede própria e está em funcionamento desde o ano de 2015. Está localizado no centro da cidade, próximo aos principais serviços.



Fonte: Prefeitura Municipal de Garibaldi

Por estar no centro da cidade o entorno da edificação é totalmente edificado (figura 34). Observa-se, ainda, que a maioria das edificações possuem dois pavimentos. A edificação do CRAS possui dois pavimentos e sua fachada principal mantém o alinhamento das edificações vizinhas. E, ao fundo existe um anexo com dois pavimentos. O acesso a edificação dá pela rua Julio de Castilhos (figura 35).



Figura 34: A edificação e seu entorno.  
Fonte: acervo próprio.

Não existe recuo de jardim em nenhuma das edificações da avenida. As vias e calçadas são bem cuidadas, com pisos diferenciados, porém não tem acessibilidade alguma, (figura 36), e há muito pouca arborização nas ruas.



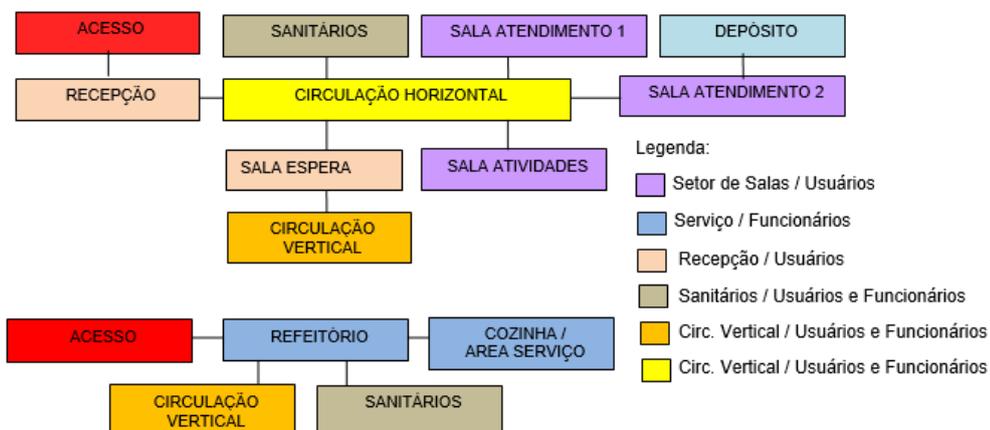
Figura 35: Acesso principal.  
Fonte: acervo próprio.



Figura 36: Calçadas em frente a edificação.  
Fonte: acervo próprio.

Para explicar a organização dos ambientes que compõem o programa de necessidades, tem-se abaixo o organograma.

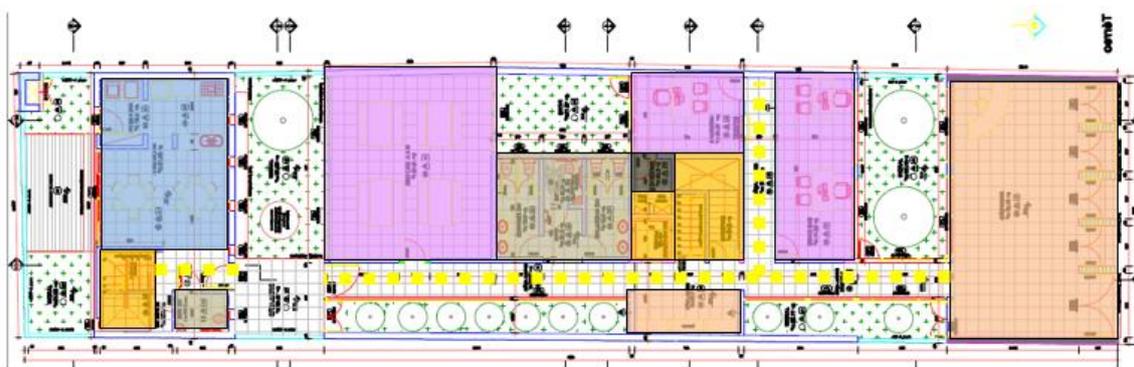
Edificação principal



Edificação (anexo fundos)

Figura 37: Organograma.  
Fonte: Própria Autora.

Na planta baixa, pode ser observado que as salas estão localizadas na orientação oeste (comprometendo o conforto térmico).



Fonte: Prefeitura Municipal / adaptado pela autora.

Legenda:

- Setor de Salas / Usuários (roxo)
- Serviço / Funcionários (azul)
- Recepção / Usuários (laranja)
- Sanitários / Usuários e Funcionários (verde-oliva)
- Circ. Vertical / Usuários e Funcionários (laranja)
- Circ. Vertical / Usuários e Funcionários (amarelo)

No térreo encontra-se a recepção, (figura 38), as salas de atendimento 1 e 2 (figura 39), sala atividades (figura 40), os sanitários, elevador, escada e uma sala de

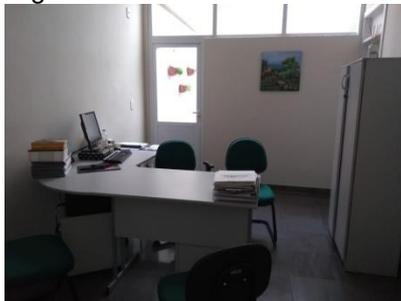
espera (que se repete em todos os pavimentos e fica em frente as circulações verticais), (figura 41).

Figura 38: Recepção



Fonte: acervo próprio.

Figura 39: Sala Atendimento



Fonte: acervo próprio.

Figura 40: Sala Atividades



Fonte: acervo próprio.

Figura 41: Sala Espera



Fonte: acervo próprio.

A circulação horizontal em todos os pavimentos se dá através de um corredor com aberturas em vidro, onde se tem iluminação e ventilação natural (figura 42). Também, próximo à recepção existe um pequeno jardim ( Figura 43).

Figura 42: Corredor



Fonte: acervo próprio.

Figura 43: Jardim



Fonte: acervo próprio.

No prédio anexo, aos fundos da edificação principal, está o refeitório, a cozinha, área de serviço (figura 44), sanitário dos funcionários e a escada de acesso ao depósito. No seu acesso existe uma pequena área de ajardinamento (figura 45).



Figura 44: Refeitório  
Fonte: acervo próprio.



Figura 45: Jardim  
Fonte: acervo próprio.

Para explicar a organização dos ambientes que compõem o programa de necessidades do segundo pavimento da edificação, tem-se abaixo o organograma.

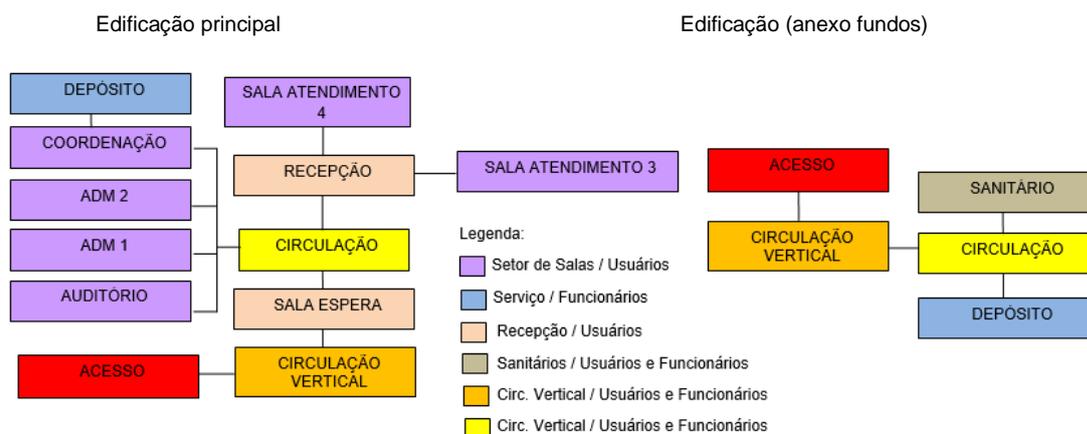


Figura 46: Organograma.  
Fonte: Própria Autora.

Na planta baixa do segundo pavimento, da edificação principal, tem-se o auditório (figura 47), as salas administrativas (figuras 48), a recepção, as salas de atendimento (figuras 49 e 50), assim como os sanitários, elevador, escada.



Fonte: Prefeitura Municipal / adaptado pela autora.



Figura 47: Auditório.  
Fonte: acervo próprio.



Figura 48: Sala ADM.  
Fonte: acervo próprio.

No segundo pavimento do prédio dos fundos fica a parte de depósito (figura 50). Esta estrutura foi projetada para ser uma casa de passagem, porém, depois da obra pronta não foi possível manter o espaço, então ele está sendo utilizado para outras finalidades.

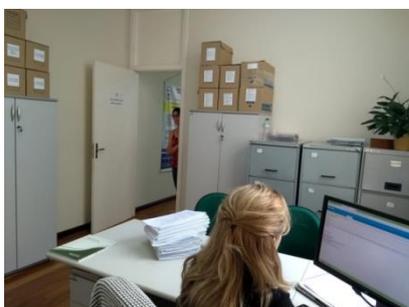


Figura 49: Sala Atendimento  
Fonte: acervo próprio.

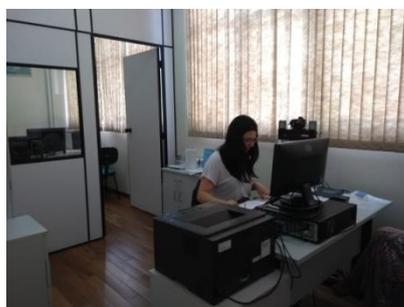


Figura 50: Sala Atendimento  
Fonte: acervo próprio.



Figura 50: Depósito  
Fonte: acervo próprio.

Para explicar a organização dos ambientes do terceiro pavimento, que compõem o programa de necessidades, tem-se abaixo o organograma.

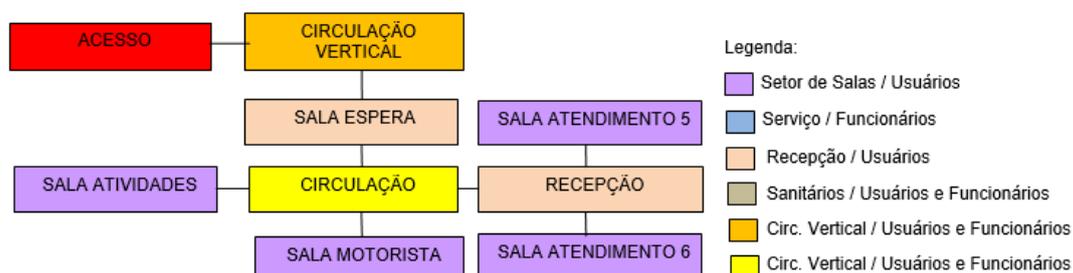


Figura 51: Organograma.

Fonte: Própria Autora.

O terceiro pavimento aparece apenas no centro do terreno, não é construído na parte frontal para manter a hierarquia da via (dois pavimentos).



Fonte: Prefeitura Municipal / adaptado pela autora.

Neste pavimento encontram-se uma sala de atividades, duas salas de atendimento (figuras 52 e 53), uma sala que é para os motoristas da rede de assistência social (figura 54), assim como os sanitários, elevador, escada.



Figura 52: Sala Atendimento  
Fonte: acervo próprio.



Figura 53: Sala Atendimento  
Fonte: acervo próprio.

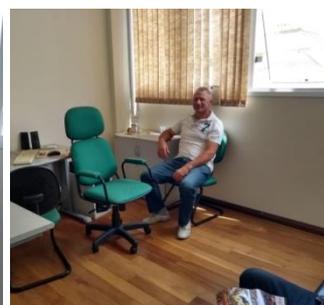


Figura 54: Sala Motoristas  
Fonte: acervo próprio.

O programa de necessidades com seus ambientes e suas respectivas áreas, são descritos no quadro 6 abaixo.

Quadro 6: Programa de necessidades

PROGRAMA DE NECESSIDADES CRAS DO MUNICÍPIO DE GARIBALDI					
SETOR DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO		ADMINISTRATIVO		INFRAESTRUTURA	
Ambiente	m <sup>2</sup>	Ambiente	m <sup>2</sup>	Ambiente	m <sup>2</sup>
Recepção	65,00	Sala da Coordenação	13,00	Central de Gás	3,00
Recepção sala	11,00	Sala Administrativa 1	11,00	Depósito	30,00
Hall Elevador	12,00	Sala Administrativa 2	9,00	Depósito apoio sala	6,00
Sanitário Feminino	7,00	Sala dos Motoristas	10,00		
Sanitário Masculino	7,00	Sanitário Funcionários	4,00		
Sanitário PNE	3,00	Cozinha / Área serv.	15,00		
Sala de Atividades 1	46,00				
Sala de Atividades 2	28,00				
Auditório	50,00				
Sala atendimento 1	20,00				
Sala atendimento 2	13,00				
Sala atendimento 3	15,00				
Sala atendimento 4	18,00				
Sala atendimento 5	12,00				
Sala atendimento 6	20,00				
Refeitório	20,00				

Fonte: própria autora.

Ao final do estudo observa-se que pelo "tamanho" da edificação os espaços são pequenos, existe muita área de circulação.

## 8.2 Estudo de caso

O segundo estudo de caso é Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) na cidade de Doutor Ricardo, no sul do Brasil (figura 55).

Figura 55: CRAS do Município de Doutor Ricardo	
	<b>Ficha Técnica:</b>
	<b>Ano do Projeto:</b> 2010
	<b>Ano de inauguração:</b> 2011.
	<b>Arquitetos Responsáveis:</b> Ednezer Rodrigues Flores Angela Menna Barreto.
	<b>Área do Projeto:</b> 683m <sup>2</sup> .
<b>Endereço:</b> Rua Quatro – 81 – Doutor Ricardo – RS	

Fonte: <http://doutorricardo.rs.gov.br>

O CRAS do município de Doutor Ricardo funciona em um prédio próprio, localizado no centro da cidade.

O entorno da edificação não tem edificações próximas (figura 56). A edificação mais próxima é um ginásio de esportes, distante 300 metros. O acesso principal a edificação se dá a Leste pela rua Quatro.

O entorno do prédio é acessível (figura 57), com rampa de acesso a edificação na parte de traz do prédio (figura 58), se observa qualidade nas calçadas. Na implantação existe 6 vagas de estacionamento, mas na visita constatou-se que elas não foram executadas (figura 59).



Figura 56: Entorno  
Fonte: acervo próprio



Figura 57: Acessibilidade  
Fonte: acervo próprio



Figura 58: Acesso nos fundos  
Fonte: acervo próprio.



Figura 59: Lugar onde deveria ser as vagas  
Fonte: acervo próprio.

Na implantação (figura 60) observa-se que existem recuos laterais, frontal e de fundos. O terreno não é delimitado por muros ou cercas, a delimitação se dá pelo tratamento paisagístico.

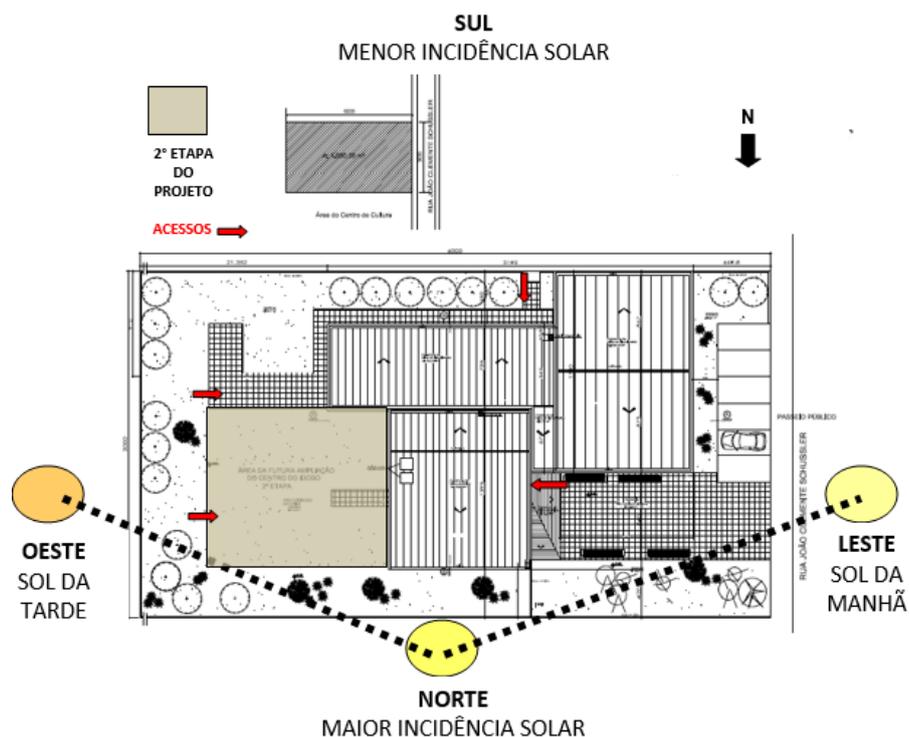


Figura 60: Implantação  
Fonte: acervo próprio

Observa-se um cuidado especial com o paisagismo (figura 61) nas áreas externas há edificação e na praça em frente a edificação (figura 62) .



Figura 61: Paisagismo  
Fonte: acervo próprio.



Figura 62: Praça  
Fonte: acervo próprio.

Para explicar a organização dos ambientes que compõem o programa de necessidades, tem-se abaixo o organograma.

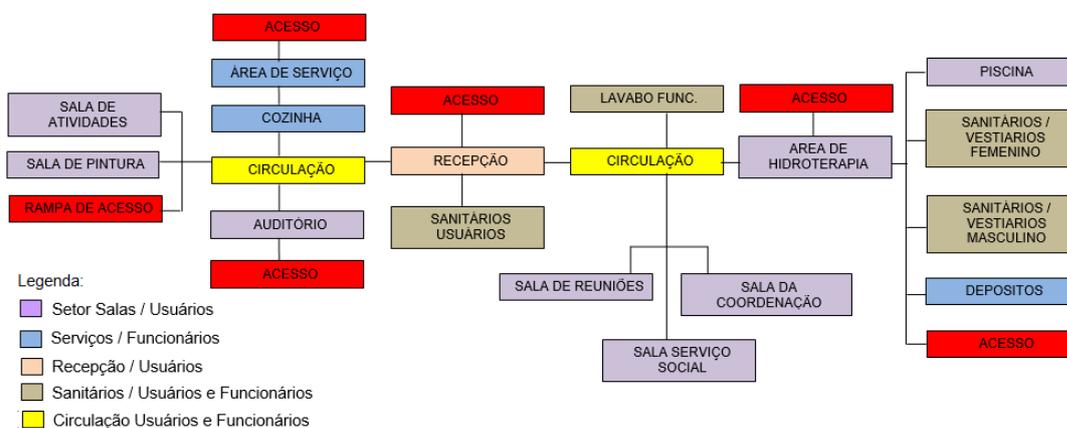


Figura 63: Organograma.  
Fonte: Própria Autora.

Na planta baixa (figura 64) observa-se que a recepção está centralizada e todos os ambientes estão ao seu redor.

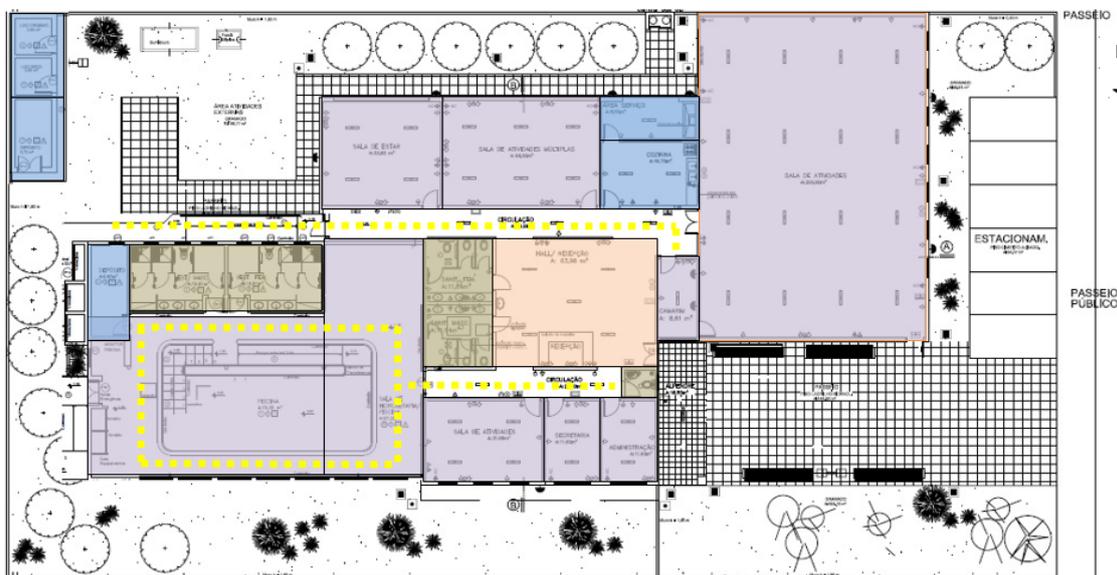


Figura 64: Planta Baixa  
Fonte: acervo próprio.

As entradas de usuários e funcionários são separadas (figura 65),. A partir da recepção, os usuários acessam a edificação (figura 67 e 68), e os funcionários possuem uma entrada da área de serviço pela lateral da edificação (figura 66).



Figura 65: Entrada principal.  
Fonte: acervo próprio.



Figura 66: Entrada funcionários  
Fonte: acervo próprio.

A edificação é térrea, com isso só possui circulações horizontais, portanto acessível e ao fundo possui uma rampa para vencer o desnível existente.

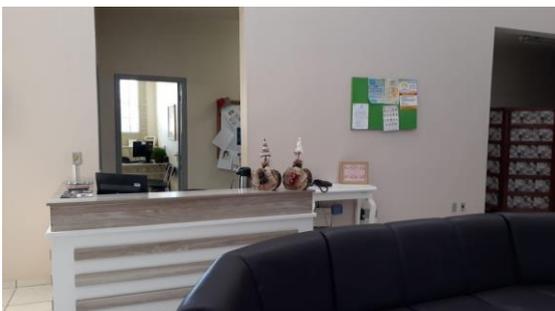


Figura 67: Recepção  
Fonte: acervo próprio.



Figura 68: Recepção  
Fonte: acervo próprio.

Nas imagens abaixo podemos observar as salas disponíveis para atividades (figura 68 e 69), atendimento do serviço social, que é dividida com a psicóloga (figura 71). Também existe o amplo auditório, que tem acesso diretamente para rua (figura 72).



Figura 69: Sala de Atividades  
Fonte: acervo próprio.



Figura 70: Sala de Atividades  
Fonte: acervo próprio.

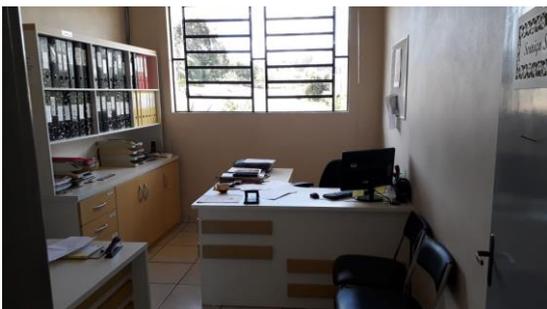


Figura 71: Sala de Atendimento  
Fonte: acervo próprio.



Figura 72: Auditório  
Fonte: acervo próprio.

Na parte da administração tem-se a sala da coordenação (dividida com a parte administrativa), (figura 73) e a sala de reuniões (figura 74), e fica próximo destes ambientes o lavabo dos funcionários.



Figura 73: Sala ADM  
Fonte: acervo próprio.

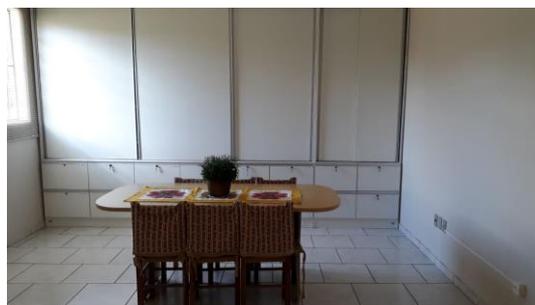


Figura 74: Sala de Reuniões  
Fonte: acervo próprio.

A área de hidroterapia é um espaço coberto. Neste espaço existe uma piscina acessível, (figura 75), banheiros e vestiários.



Figura 75: Piscina  
Fonte: acervo próprio.

Na área de serviço temos a cozinha (figura 76), a área de serviço e os depósitos.



Figura 76: Cozinha  
Fonte: acervo próprio.

O programa de necessidades é composto por diversos ambientes, descritos no quadro x abaixo.

Quadro x: Programa de necessidades

PROGRAMA DE NECESSIDADES CRAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO					
SETOR DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO		ADMINISTRATIVO		INFRAESTRUTURA	
Ambiente	m <sup>2</sup>	Ambiente	m <sup>2</sup>	Ambiente	m <sup>2</sup>
Recepção	64,00	Sala da Coordenação	12,00	Central de Gás	10,00
Sanitários ( Fem. e Mas. )	24,00	Sala do Serviço Social	12,00	Deposito	10,00
Sala de Atividades	45,00	Sala de Reuniões	30,00	Lixo Seco	5,00
Sala de Pintura	35,00	Lavabo Funcionários	5,00	Lixo Orgânico	5,00
Auditório	200,00	Cozinha	17,00		
Área de Piscina	68,00	Área de Serviço	9,00		
Sanitário / Vestiário Feminino	17,00				
Sanitário / Vestiário Masculino	17,00				

Fonte: própria autora.

Por ser uma arquitetura simples, observa-se que não são utilizados os princípios compositivos da forma. Não tem hierarquia de acesso, não tem ritmo de esquadrias, entre outros elementos. Observa-se que: as qualidades da forma poderiam ser melhores no projeto; os materiais e revestimentos poderiam ser padronizados (padrão de aberturas, por exemplo) e, na parte interna poderiam pensar em padronizar as cores.

### 8.3 Estudo de caso 3

O terceiro estudo de caso é Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) na cidade de Sertão Santana, no sul do Brasil (figura 77).

Figura 77: CRAS do Município de Sertão Santana	
	<b>Ficha Técnica:</b>
	<b>Ano do Projeto:</b> 2010
	<b>Ano de inauguração:</b> 2011.
	<b>Arquitetos Responsáveis:</b> Xxxxxx xxxxxxx
	<b>Área do Projeto:</b> xxxx m <sup>2</sup> .
	<b>Endereço:</b> Rua xxxxxxxx

Fonte: Acervo da pesquisadora.

O CRAS de Sertão Santana, funciona em um prédio alugado, tem suas dependências adaptadas para os atendimentos, resultando em condições inadequadas para o funcionamento, como baixa iluminação, pouca circulação de ar, espaços reduzidos, falta de acessibilidade e inexistência de isolamento acústico.

O programa de necessidades é composto por 12 ambientes, descritos no quadro 7 abaixo.

Quadro 7: Programa de necessidades

PROGRAMA DE NECESSIDADES	
Ambientes	Área (m <sup>2</sup> )
Recepção	A= 48,00
Sala de Atividades	A= 60,00
Sala de Atendimento 1	A= 9,00
Sala de Atendimento 2	A= 12,00
Sala do Cadastro Único	A= 9,00
Sala da Coordenação	A= 14,00

Cozinha	A= 9,00
Almoxarifado	A= 30,00
Sanitários Funcionários / Usuários	A= 4,00
Área Externa	

Fonte: própria autoria.

Para explicar a organização dos ambientes que compõem o programa de necessidades, tem-se abaixo o organograma.

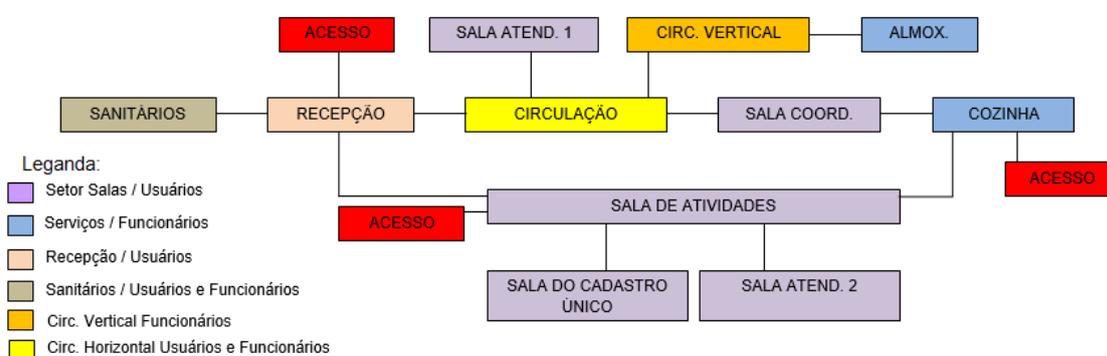


Figura 78: Organograma.  
Fonte: Própria Autora.

Existem entradas separadas para a edificação. Os funcionários e os usuários que vem para atendimento utilizam a entrada principal, pela recepção (figura 79), os usuários que vem para as atividades acessam pela sala de atividades (figura 80), e a entrada de serviço (recebimento de alimento/produtos de limpeza) se dá pela cozinha (figura 81).

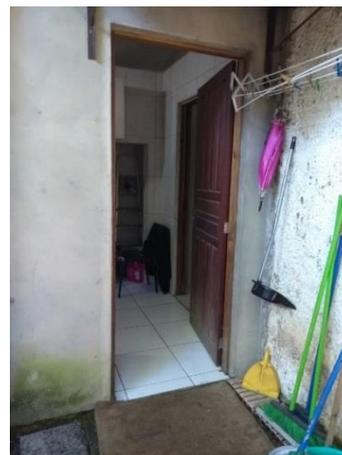


Figura 79: Acesso Principal. Fonte: acervo próprio.	Figura 80: Acesso sala de atividades Fonte: acervo próprio.	Figura 81: Acesso de serviço. Fonte: acervo próprio.
--	--	---

Observa-se a falta de organização na divisão dos ambientes, isso acontece por ser um espaço adaptado. Por exemplo, para chegar na cozinha, por dentro do prédio, tem que passar pela sala da coordenação (figura 82), onde pode estar acontecendo uma reunião, ou pela sala de atividades, que sempre tem atividades em grupos.



Figura 82: Sala coordenação.  
Fonte: acervo próprio.

Outro ponto que interfere muito no serviço, é a sala do cadastro único (figura 83) e a sala de atendimento 2. Para acessá-la o usuário tem que passar pela sala de atividades (figura 84), e atrapalhando os atendimentos.

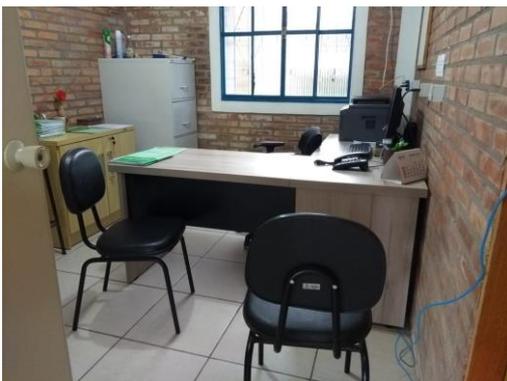


Figura 83: Sala cadastro único.  
Fonte: acervo próprio.

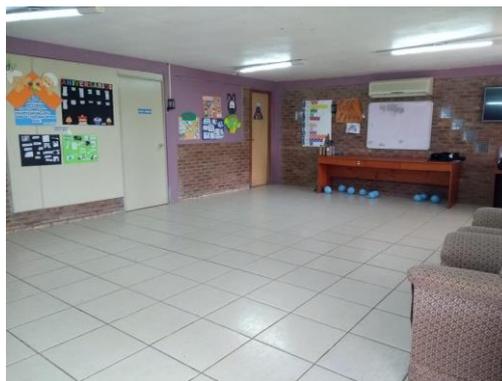


Figura 84: Sala de atividades.  
Fonte: acervo próprio.

A figura 85 apresenta o espaço em que a profissional de psicologia atende as crianças, individualmente, e as famílias.

Na sala (figura 86) acontecem os atendimentos individualizados realizados pelo serviço social. Observa-se à falta de privacidade para o atendimento social e psicológico, comprometendo o princípio ético de atuação dessas profissionais que devem garantir sigilo de informações e integridade da população atendida.

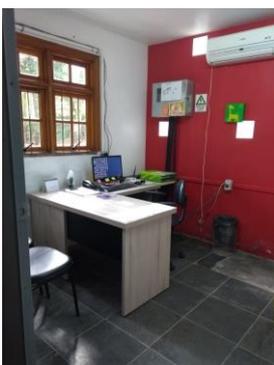


Figura 85: Sala atendimento 1.  
Fonte: acervo próprio.



Figura 86: Sala atendimento 2.  
Fonte: acervo próprio.

NA figura87 tem se a recepção do CRAS, ali os usuários aguardam a chamada para os atendimentos. Nesta recepção também se encontram os sanitários.



Figura 87: Recepção do CRAS.  
Fonte: acervo próprio.



Figura 88: Cozinha do CRAS  
Fonte: acervo próprio.

A cozinha (figura 88) do CRAS é estreita e apertada. Por falta de espaço para o armazenamento dos alimentos, a entrega é feita, semanalmente e, os lanches são produzidos neste espaço e servidos na sala de atividades, em horário marcado.

A parte superior do prédio não é muito utilizada, pois não tem acesso adequado. Este se dá através de uma escada improvisada (figura 89), que é estreita e desconfortável. Atualmente o espaço é utilizado para almoxarifado (figura 90).



Figura 89: Acesso ao almox.  
Fonte: acervo próprio.

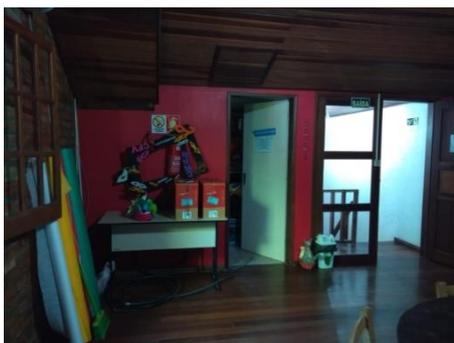


Figura 90: Almoxarifado.  
Fonte: acervo próprio.

Na parte externa do CRAS, existe um amplo pátio que serve de estacionamento para os funcionários e usuários. Também são realizadas algumas atividades com os grupos (figura 91).



Figura 91: área externa  
Fonte: acervo próprio.

No quadro 8 mostram-se a síntese dos benefícios, programas e serviços ofertados no CRAS de Sertão Santana.

Quadro 8: Programas CRAS

BENEFÍCIOS, PROGRAMAS E SERVIÇOS DO CRAS DE SERTÃO SANTANA			
Benefícios	Programas	Serviços	Atividades e conteúdos trabalhados nos grupos e outros serviços
BPC e Auxílio Funeral	PAIF / PBF e SCFV	Grupos	Mulheres Idosos Crianças Adolescentes Famílias  Nos grupos trabalham-se temas específicos, filmes, dinâmicas, palestras, realiza-se passeios culturais de acordo com as temáticas.
		Cursos Profissionalizantes	Corte e costura Artesanato  Fabricação de compotas Fabricação de bolachas
		Outros	Orientação social, encaminhamentos à rede de proteção social, atendimentos individuais, acolhimento, atendimento psicossocial, visitas domiciliares, ações sócio-educativas, atividades artístico-culturais carteira do idoso, documentação civil,

Fonte: acervo próprio.

Cabe, salientar que o CRAS de Sertão Santana atende em média 230 pessoas na acolhida individual, 34 famílias são acompanhadas integralmente ( com visitas domiciliares, quinzenais e grupos mensal) e média 185 pessoas participam dos grupos semanalmente.

Ao final dos estudos de caso, observa-se que o CRAS de Garibaldi, que tem maior metragem quadrada de projeto, mas não é tão funcional. Apresenta muitas áreas de circulação, o sanitário dos funcionários foi adaptado (por que no projeto original não existia). E, ainda, o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) é junto com o CRAS e isto é proibido por lei.

Já o CRAS de Doutor Ricardo possui área menor, atende à demanda de serviço, mas falta espaço físico e por isso as salas são compartilhadas. Entretanto, possui área de convivência para os usuários (jardins, pracinha e piscina).

E por fim, o CRAS de Sertão Santana, tem suas instalações adaptadas em um local alugado, mas falta espaço físico para sua demanda. Os funcionários buscam melhorar o serviço dentro do espaço disponível.

## 9. Repertório

O repertório Arquitetônico servirá para abrir caminhos que orientem a concepção natural do processo de projeto. As obras escolhidas possuem alguma característica semelhantes a área escolhida (como por exemplo: terrenos de esquina, edificações mais horizontais, pouco desnível).

A intensão dos materiais a serem utilizados seguem na sequência.



Características relacionadas a sensação de conforto e aconchego.



Concreto para trazer a brutalidade e a pureza da forma arquitetônica.



Utilização de esquadrias em alumínio anodizado preto.



Transparência e iluminação.



Espaço com bastante vegetação, traz conforto a edificação e bem-estar aos usuários.

A primeira obra escolhida como referencial é o Instituto Ling, do arquiteto Isay Weinfeld, localizada em Porto Alegre.



Terreno de Esquina; Acessibilidade com rampa.



Na circulação, a movimentação se dá pelo jogo de luz e sombra.

Iluminação zenital minimiza o uso de luz artificial no ambiente.



As esquadrias entre planos favorecem a integração do interior da edificação com as áreas externas ajardinadas.

A segunda temos o Berçário Primetime do arquiteto Marcio Kogan, localizado em São Paulo.



O arquiteto trabalha com volumes puros.  
Soluções criativas.

Integra o interno com o externo através da transparência.

Circulação através de rampas.

Cores estimulantes, pracinha integrada.



E a terceira e última obra é a The Rachofsky House do arquiteto Richard Meier, localizada nos EUA.



O arquiteto trabalha com vidros e volumes puros. O vidro traz a integração do interior com o exterior e a monocromia evidenciam o volume.

Uma das principais características do arq. Richard Meier é a utilização da cor branca nos seus projetos. “a brancura permite que as ideias arquitetônicas sejam estendidas de forma mais clara – a diferença entre opacidade e transparência, cheio e vazio, estrutura e superfície”, explica. “Elas possuem maior clareza.”

## 10. Referências Bibliográficas

ANDRADE, Marli T. Michelsen de. Genese e Transformações da Identidade de Sertão Santana – 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasil, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicaocompilado.htm>

\_\_\_\_\_. Lei 8.742. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasil, 1993.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Orientações Técnicas sobre o PAIF. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Orientação Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2009.

BECKER, Howard S. Métodos de Pesquisas em Ciências Sociais. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

COSTA, Francilene Soares de Medeiros. Centros de Referência da Assistência Social - CRAS: materializações e contradições da Política Nacional de Assistência Social. Rio Grande do Norte, 2010.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4 ed. São Paulo, 2002.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sertao-santana/historico>

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/portal-censo/>

<https://www.archdaily.com.br>

Lei nº 9.595, de 20 de março de 1992

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos e Metodologia Científica. 7 ed. ATLAS, 2010.

MAZUR, Silvane Marcela. O CRAS e a Política de Assistência Social. Paraná, 2009.

SCHWALM, Celomar. Trajetória de uma família de Sertão Santana ao Uruguai, 1998.

RANGEL, Elisete de Fátima. A implantação e implantação dos CRAS – Centro de Referência de Assistência social em São Jose dos Campos: um estudo do CRAS – Eugenio de Melo. Mestrado em Serviço Social. São Paulo, 2009.

REINGANTZ et. al. Observando a qualidade do lugar. Rio de Janeiro, 2009.

YIN, Robert K. Estudos de Caso Planejamento e Métodos. 2 ed. São Paulo, 2001.

## 11. Apêndices

### Apêndice A – Planilha de Avaliação

PLANILHA DE AVALIAÇÃO				
DADOS OBSERVADOS	ATRIBUTOS (Elementos)	DESCRIÇÃO DA AVALIAÇÃO	AVAL. (+/-)	IMAGEM
<b>1. ENTORNO</b>				
Inserção na cidade/localização	Contexto			
Transporte público Ptos de ônibus	Existe? Condições			
Infraestrutura	quais elementos			
Áreas de lazer/mobiliário	Existe? Condições			
Equipamentos urbanos	Existe? Condições			
Acessibilidade	Desníveis, Aclive, Pisos Qualid.calçada Sinalizações			
Segurança	Quais elementos			
Características das edificações do entorno	usos      Altura Estilos			
<b>2. ÁREA EXTERNA DA EDIFICAÇÃO</b>				
Estacionamento	Funcionários Usuários      Vagas acessíveis			
Bicicletário	Existem? Condições			
Acessos	Funcionários Serviço Usuários			
Área de convivência	Existem? Condições			
<b>2. A EDIFICAÇÃO</b>				
Acessibilidade	Rampa Escada Elevador Pisos Sinalizações			
Conforto térmico	Temperatura Ventilação Climatização			
Conforto Lumínico	Iluminação natural / artificial			
Conforto Acústico	Isolamento dos ambientes			
Layout mobiliário	Disposição Condições Atende demanda			
layout recepção	Disposição Condições Atende demanda			
Layout salas	Disposição Condições Atende demanda			
Espaços X Mobiliário	Conflitos			
Distrações Positivas	Cores      Texturas Paisagismo			
Salas/ambientes extra	salas extra no programa cras			

## Apêndice B – Formulário de Entrevista

ENTREVISTA

FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS  
Arquitetura e Urbanismo



### APRESENTAÇÃO:

**Título do Projeto de TCC:** Complexo de Assistência Social para o Município de Sertão Santana

**Pesquisadora principal (aluna):** Gabriela Graboski

**Pesquisadora Responsável (orientadora):** MS. Roberta Bertoletti

Subjeitos participantes: Serão convidados a participar profissionais especializados e inseridos na política de Assistência Social, que tem relações de convivência e de trabalho em ambientes de CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

### Controle: Caracterização da amostra:

Entrevistado nº: 01

Data: 24/08/2018

Início: 9:30 Término: 11:30

Profissão: Sociólogo – Especializado Gestão Pública

Quanto tempo exerce a profissão: 23 anos

### Questões relativas ao funcionamento:

#### 1. Qual a legislação que regulamenta o CRAS?

*O documento que trata da regulamentação do Centro de Referência de Assistência Social foi apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome em 2009 no Instrumento identificado como Caderno de Orientações Técnicas do CRAS disponível no endereço eletrônico:*

[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf)

#### 2. O intuito do projeto de TCC é integrar três edificações: Sec. Assistência, Conselho Municipal de Assistência e o CRAS. Você considera viável essa ideia? Conhece algum município que é assim?

*Uma das diretrizes norteadoras da Política Nacional de Assistência Social é o processo descentralizado e participativo da sociedade no planejamento, acompanhamento e execução da Política de Assistência Social. Ela também trás como premissa básica que todos os municípios brasileiros tenham pelo menos um equipamento de proteção social básica destinado ao trabalho com usuários de ações de promoção, proteção e defesa, especialmente identificadas com a proatividade (participação e iniciativa) de seus usuários. Assim sendo é perfeitamente viável que no ambiente do CRAS tenhamos espaço reservado, não somente as atividades de acompanhamentos individuais ou coletivos como também para o fomento as ações do controle social muito embora exista hoje uma ressalva de que as reuniões regulares do controle social não devam ser desenvolvidas no CRAS caso a utilização deste equipamento (pelos conselheiros) venha a comprometer a qualidade na oferta dos serviços de Proteção Social Básica. Contudo, as instruções e recomendações sobre esta questão tomam por base a estrutura de uma unidade básica do CRAS. Numa proposta mais arrojada, não vejo impedimento algum de que seja contemplada em projeto arquitetônico uma sala para o pleno exercício do controle social na política de assistência social dentro de um CRAS. Informalmente isso já vem ocorrendo por todo o interior do Estado do Rio Grande do Sul. Fato que tem sido apontado como irregular pelo Departamento de Assistência Social – DAS/RS. Porém, uma questão mais delicada é a Secretaria ou como chamamos Órgão Gestor estar dentro do mesmo ambiente do CRAS. Isso é terminantemente proibido pela PNAS. – Contudo, poderá coexistir no mesmo endereço se as portas de entradas do CRAS e do Órgão Gestor contarem com acessos individualizados e não se ligarem internamente. Esta distinção esta direcionado com o principio de rompermos com a condição paternalista caracterizada nas ações de assistência social ao longo de nossa história. É a valorização do papel do técnico social em detrimento da função do Gestor Público no atendimento as demandas do usuário. Temos questões bem praticas também, relacionadas à manutenção de despesas com os serviços naquele ambiente desenvolvidos. Todos os recursos destinados a PSB devem ser investidos nas ações finalísticas de atendimento aos usuários. Isso não pode ser confundido com a manutenção de despesas com a manutenção do Órgão Gestor cuja competência é municipal. Destacamos que a PNAS não regulamenta a estrutura dos órgãos gestores municipais, até porque a União não tem competência para isso. Mas identifica a necessidade de que exista uma secretaria ou departamento que cuide disso em nível municipal.*

#### 3. Existe obrigatoriedade no modelo mínimo para o programa de necessidades de um Cras ou é só uma orientação? (ate 2.500 famílias referenciadas):

A estrutura mínima de um CRAS é disciplinada pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social e vai considerar a realidade do território (área de abrangência do CRAS) para indicar as características mínimas exigidas para esta instalação. A distribuição ocorre por porte de município. Com isso temos Pequeno Porte I (até 20 mil habitantes); Pequeno Porte II (de 20 a 50 mil habitantes), Médio Porte (de 50 a 100 mil habitantes), Grande Porte (até 900 mil habitantes) e Metrópole (acima de 900 mil habitantes). A indicação de 2.500 famílias no território é apenas um delimitador de áreas (território). Como exemplo podemos citar: Um município com nove mil habitantes facilmente atingiria um número superior a 2.500 famílias. Neste caso, estatisticamente falando, o mesmo estaria apto a credenciar-se a uma segunda unidade de CRAS, pois municípios com até 10 mil habitantes, tem sua capacidade máxima de atendimento por unidade CRAS (considerando a estrutura física, recursos operacionais e humanos), esgotadas após atingir este número. Como característica arquitetônica temos algumas exigências mínimas de ambientes para: Recepção; Sala de atendimento; Sala de uso coletivo; Sala administrativa; Copa; Banheiros. - Percebemos que não há uma preocupação com o espaço externo, de sua integração harmônica com a comunidade.

**4. Sabe-se que o programa formulado pelo MDS do espaço físico foi feito em 2010 e não foi reformulado, a partir da mudança do contexto social. Você acrescentaria mais espaços para o serviço? (ex: sala digital/ sala geração renda/ sala equipe volante).**

Quando o Governo Federal iniciou o financiamento da Proteção Social Básica, nos moldes da PNAS de 2004, o recurso que o município recebia deveria ser destinado 50% a construção ou adequação do espaço físico daquilo que conhecemos hoje pro CRAS e na ocasião recebeu o codinome “Casa das Famílias”. Bem, isso aconteceu por dois motivos básicos. O Governo Federal havia implantado três anos antes o CadÚnico – Cadastramento único dos Programas do Governo Federal, no qual entre muitos programas que são monitorados hoje, através do Programa Bolsa Família, tínhamos naquela ocasião. Todos eram programas de transferência de renda em diversos ministérios. Cada programa com regras específicas e muito difíceis de serem monitoradas. Então foi que, por falta de referência de onde atualizar estes diversos cadastros nas estruturas municipais, pois cada município é autônomo para criar ou extinguir suas estruturas administrativas, foi idealizado o CRAS. O CRAS nasce para ser o espaço público destinado ao acompanhamento das famílias beneficiadas pelos programas de transferência de renda. Não se tratava de controlar a distribuição do benefício, mas sim, de acompanhar as famílias. Esta situação ocorreu especialmente porque na região norte e nordeste do Brasil, não havia referência alguma para onde o cidadão deveria dirigir-se para fazer acesso aos seus direitos. O valor destinado a cada município credenciado foi naquela ocasião de 108 mil reais, sendo que deste, 54 mil poderia e deveria ser utilizado na implantação do CRAS (uma unidade de atendimento). O Governo Federal criou então, como sugestão, uma estrutura mínima de um CRAS para que os municípios não se perdessem em um número de obras disformes que não atendessem as necessidades do atendimento social. Inclusive propôs a padronização das fachadas de tal forma que cada cidadão, ao transitar de uma localidade para outras pudesse identificar com facilidade onde ficaria o CRAS daquele município. Com o passar dos anos, especialmente com o atingimento das metas de cadastramento das famílias extremamente pobres identificadas no senso IBGE, verificou-se a necessidade de se intensificar o atendimento, passando todo o financiamento da PSB para o atendimento dos usuários. Deste ponto em diante foi pactuado que cada município deveria providenciar sua estrutura de CRAS, observando minimamente o que já havia sido normatizado em outro tempo. Hoje é possível conseguir recurso por emenda parlamentar para construção de CRAS no município, ou em projetos apresentados do FNAS cujo critério de partilha é atualizado anualmente. Resumindo, cada município tem autonomia para criar e ampliar esta estrutura, devendo sempre que possível observar o processo cultural da região. Com isso podemos afirmar que não há impedimentos legais para que determinadas características iniciais sejam alteradas, uma vez que possa tais contribuições melhorar o nível de atendimento e integração social dos seus usuários. Precisamos apenas tomar o cuidado de não inserir outras “ocupações” que não estejam relacionadas à PSB no ambiente CRAS, que concorram para a efetivação do PAIF – Programa de Atendimento Integral a Família e Indivíduos. As salas digitais, salas para o desenvolvimento de ações de geração de trabalho e renda, são estratégias para superar os obstáculos verificados entre as vulnerabilidades sociais identificadas no território para o qual a PNAS pede que sejam realizadas no formato de parcerias com a sociedade civil. Equipes Volantes é uma ampliação da equipe técnica considerando a densidade populacional e o território, podendo ou não ser financiada pelo Governo federal. Não existe impedimento de na hora de planejar uma nova estrutura para um CRAS esta sala seja prevista. Poderá chamar-se, por exemplo: “Sala de Planejamento Estratégico”. Destaco que qualquer introdução de espaço físico objetivando aprimoramento do CRAS deverá considerar os princípios, diretrizes e objetivos da PSB e da implementação do PAIF. Ai não haverá erros.

**5. Você sugere municípios que tenham Cras que sirvam de referência para o estudo?**

Como o foco da questão é a estrutura física do CRAS, posso indicar que o CRAS de Três Coroas é um exemplo de como em um terreno relativamente pequeno pode-se observar tudo o que é necessário observar e até mesmo um “algo mais” destinado ao atendimento dos usuários. Também em relação à estrutura destaco o CRAS de Dr. Ricardo. Este por sua vez foi uma adaptação de um Centro do Idoso. A maior estrutura de CRAS que conheci foi a de Garibaldi. Mas este esta totalmente fora de contexto. É lindo, sem dúvida. Mas não deve referenciar nenhuma

outra edificação. Antes peço que contatem com a coordenação do CRAS de Teutônia que é um bom exemplo. Especialmente porque este foi realizado no padrão MDS e, mesmo sendo amplo e moderno, a equipe técnica poderá completar com suas observações, como ficou o atendimento depois de mudarem para nova sede.

**6. Você sugere alguma leitura para como referencial?**

-  Caderno de Orientações Técnicas do CRAS
-  PNAS
-  NOB SUAS
-  Instrumentos normativos do PAIF

**7. Você acha que é possível executar esse projeto no município? Sabe quais são os meios?**

*Toda possibilidade de criação de um espaço de referência próprio ao município é de grande relevância. Hoje a comunidade não admite mais a falta de posto de saúde, de escola, de praças, de infraestrutura urbana, viária, de saneamento porque conhece seus direitos. A mesma consciência devemos oportunizar a todos os usuários da política de assistência social. Não há como vincularmos o cidadão a um serviço que não tenha uma referência física na estrutura administrativa do município. Costumamos dizer que nesta política precisamos conhecer para defender, defender para construir, e construir para romper com padrões do passado. Neste caso em questão, especialmente, o CRAS pode representar a diferença no empoderamento pessoal e familiar por referenciar serviços de qualidade para o auxílio e manutenção do grupo ou unidade familiar. Quanto aos meios para sua edificação temos: adequação de espaços públicos já existentes, utilização de terrenos em áreas potencialmente identificadas para este fim, utilização de recursos municipais, de emendas parlamentares do Orçamento Geral da União e mediante gestão direta do projeto junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, através do Fundo Nacional de Assistência Social. Uma caminhada relativamente longa, mas possível. Prova disso é que a maior parte dos CRAS existentes no Rio Grande Do Sul fez este caminho.*

**Questões relativas ao ambiente:**

**1. Você considera que a configuração do espaço (organização e forma – por ex. uma sala) interfere no comportamento do usuário?**

*Sem dúvida alguma. Especialmente porque precisamos atender o usuário com privacidade. Cada situação é particular. Cada profissional indicado ao atendimento deve ter a sua mão todos os recursos necessários para atingir o resultado pretendido. O mesmo se da quanto falamos das salas de atendimento coletivo para pequenos grupos de família. Precisão ser bem iluminadas, de fácil acesso, tanto quanto possível o mais acolhedora possível utilizando-se de todos os recursos para tornar o ambiente de desenvolvimento das atividades bem atrativo.*

**2. Em relação ao comportamento, você acha que a setorização dos espaços pode favorecer ou desfavorecer as atividades diárias?**

*Se o conceito de setorização aqui esta entendido como uma melhor identificação da definição do ambiente a que se destinam os atendimentos, isso será de extrema valia. Uma, senão a principal função do CRAS é garantir o acesso de todos os usuários a seus direitos socioassistenciais e a travessia destes direitos a outras políticas. Um lugar bem identificado, com bastante informações disponíveis, remeterá invariavelmente a uma atitude proativa por parte dos usuários. Para aprimorarmos o protagonismo dos usuários, precisamos construir vias de acesso que sejam livres, fazendo cada usuário apropriar-se do que é ofertado em cada espaço de atendimento.*

**3. Você considera o ambiente arejado?**

*A grande maioria dos espaços que conheço mais de 100 CRAS no Estado do Rio Grande do Sul, não possuem adequada ventilação, nem mesmo iluminação. São compostos de estruturas reaproveitadas e adaptadas à necessidade do espaço físico. Contudo precisamos observar também as condições físicas destes estabelecimentos. Adaptações erradas em rede elétrica, espaços sujeitos a inundações, degraus, escadarias e obstáculos arquitetônicos – são exemplos de coisas que precisamos melhorar muito nestas estruturas. Geralmente encontramos nos modelos do VRAS/MDS janelas em estilo (Bay Window). Nada contra. Mas é possível identificar que estão permanentemente fechadas privilegiando o uso do ar condicionado, o que torna o ar impróprio para respiração, muitas vezes. O “condicionador de ar”, que integra o projeto básico do CRAS deveria ser utilizado apenas para climatizar. Contudo percebo que este uso racional não é observado. Talvez a inserção de claraboias e de outros formatos de janelas possa minimizar este problema, especialmente nas salas de atendimento coletivo.*

**4. Em relação à iluminação (natural/ artificial), você considera suficiente para cada ambiente?**

*E pouco aproveitado o recurso da iluminação natural. Quando observamos isso lá está um vaso com folhagem. Pouco valor se da para a função de atendimento ao usuário. Isso sem dúvida não é privilegiado naquele formato.*

A iluminação nos projetos novos tente a ser melhor. Mesmo assim há salas novas com lâmpadas que não atendem a especificações de lumens necessários. Muitas lâmpadas desligadas em corredores que contribuem para uma atmosfera lúgubre. Isso não é bom para acolhimento. É preciso considerar com mais seriedade esta questão.

**5. Em relação às cores e texturas do ambiente, você acha que favorecem e estimulam positivamente os usuários?**

Penso que todo recurso que possa tornar o ambiente acolhedor deva ser empregado em todos os espaços do CRAS. Acolhimento é a nossa missão. Porém com moderação. Sempre levando em conta que a maior parte de nossos usuários, nosso público alvo, esta numa faixa etária de até três salários mínimos de referência, sendo que dentre estes, os de extrema pobreza. Um ambiente muito requintado tenderá a colocar o usuário numa "suposta" condição de exigir mais do poder público, justificando para si mesmo que se há dinheiro para gastar com outras coisas, pode gastar mais consigo mesmo. Aliás, este pensamento é corriqueiro entre nossos cidadãos. Facilmente confundido com desperdício do dinheiro publico. Contudo, na proporção certa, é ótimo e deve ser implementado.

**6. Em relação às áreas externas (pátios, jardins, quadra de esportes, etc...) você considera importante para o Cras? Por quê?**

Considero os espaços externos de um CRAS de máxima importância. Curiosamente não são sequer abordados nas normativas do CRAS. Já conheci CRAS funcionando no subsolo de um supermercado. Entre caminhões carregando e descarregando produtos. Uma lástima. Privilegiar jardins, pátios arrumados e espaços de convivência para o usuário, especialmente quando esta aguardando seu atendimento, é de fundamental importância. Como exemplo citamos uma pequena pracinha de brinquedos infantis para que os pais, ao trazerem seus filhos juntamente no atendimento, possam ofertar-lhes um diferencial no fomento as atividades lúdicas, tornando mais ameno e prazeroso o enfrentamento à superação das dificuldades que o trazem ali.

## Apêndice C – Formulário Poema dos Desejos

Poema dos Desejos  
FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS  
Arquitetura e Urbanismo

Faculdade São Francisco de Assis

Identificação

Controle:  
Entrevistado nº: Data 5/8/2018 Início 10h Término 10h55  
Caracterização da amostra:  Coordenador  Funcionário  Paciente X outro funcionário

"Eu gostaria que este Cras (fosse ou tivesse)..."

Dicas: usar os "Desejos" ao Município de Jatoúba, em São Paulo, como exemplo em um prédio com alguns departamentos e espaços de atendimento para os mesmos, os papéis, para demonstrar que se tem.

- Também há necessidade de um espaço interno para atendimento infantil como "público" e espaço de "convivência"
- Salas para funcionários atendentes
- Infância
- Banheiro de acessibilidade com funcionário
- Sala para atendimento funcionários atendentes

Obrigada pela atenção!

Poema dos Desejos  
FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS  
Arquitetura e Urbanismo

Faculdade São Francisco de Assis

Identificação

Controle:  
Entrevistado nº: 01 - Data 24/08/2018 Início 08:30 Término 09:00  
Caracterização da amostra:  Coordenador  Funcionário  Paciente X outro Prof. Autônomo

"Eu gostaria que este CRAS (fosse ou tivesse) ..."

1. Uma área de recepção aos usuários ampla e arejada;
2. Espaço de convivência externo;
3. Salas de atendimento coletivo com recursos audiovisuais disponíveis de forma permanentes;
4. Que fosse mais envolvido com as questões coletivas (da sua comunidade ou território de abrangência).
5. Que contasse com o recurso de quadros de aviso, fluxogramas e organograma explicando de forma simplificada seus objetivos, missão e valores de forma a conscientizar que a política de assistência social ofertada, é política de direitos e não de compensação (favores);
6. Que se preocupasse com área para estacionamento de veículos, especialmente para o público idoso e pessoa com deficiência;
7. Que disponibilizasse sala para o exercício do controle social (conselhos) em suas dependências, como estratégia para aproximar a participação dos usuários no controle social das políticas transversais ali desenvolvidas, tais como: direitos da criança e do adolescente, direitos do idoso, direitos da mulher, assistência social, geração de trabalho e renda etc.

Obrigada pela atenção!